

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA.

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES
REALIZADAS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**

JÚLIA VIEITAS SARRUF ALHANATI

CAMPOS DOS GOYTACAZES, DEZEMBRO DE 2016.

JÚLIA VIEITAS SARRUF ALHANATI

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES
REALIZADAS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública do Centro de Ciências do Homem, do Laboratório Gestão e Políticas Públicas, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como pré-requisito para a apresentação do trabalho de conclusão do curso de Graduação em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Macedo Campos.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, DEZEMBRO DE 2016.

JÚLIA VIEITAS SARRUF ALHANATI

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES
REALIZADAS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública do Centro de Ciências do Homem, do Laboratório Gestão e Políticas Públicas, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como pré-requisito para a apresentação do trabalho de conclusão do curso de Graduação em Administração Pública.

Aprovada em ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos
(Orientador)

Prof. Dr. Nilo Lima de Azevedo

Prof. Dr. Gerson Tavares do Carmo

CAMPOS DOS GOYTACAZES, DEZEMBRO DE 2016.

Dedico este trabalho à minha mãe, Rejane, que foi o alicerce de toda a minha formação, sempre defendendo o valor da educação, além de ter sido a principal incentivadora ao longo dessa trajetória e proporcionado, das mais diversas formas, a possibilidade de realização desse sonho. E ao meu pai, Hélio Ricardo (*in memoriam*), que sempre foi o primeiro a acreditar que todos os sonhos são possíveis.

AGRADECIMENTOS

Estudar em uma universidade pública de qualidade sempre foi um dos meus maiores sonhos. A Administração Pública foi uma grande surpresa na qual eu continuo me identificando cada dia mais. E a oportunidade de cursar essa graduação na UENF é mérito de muitas pessoas. Uma simples folha não seria possível agradecer da forma adequada a todos que participaram desse momento. Mas esse singelo agradecimento a algumas pessoas especiais é uma forma de demonstrar a minha gratidão.

Agradeço a toda minha família, pelos diversos momentos em que passamos juntos, pelas palavras de carinho, pelos votos de confiança e pelo desejo de tudo dar certo. Entretanto, eu não poderia deixar de agradecer especialmente aos meus segundos pais, meu avô Aziz (*in memoriam*) e minha avó Wilma, que participaram desde o início desta jornada e por ajudarem a proporcionar a possibilidade de realizar esse sonho. A vovó principalmente pelas orações, pelas velas e pela preocupação.

Aos meus primos Daniel e Camila, pelo entusiasmo em que me apresentaram a UENF, pelos quatro anos de moradia, suporte, apoio, incentivo e por me fazerem sentir em casa mesmo quando estava longe. E a princesa Laís, por me fazer vivenciar esses quatro anos de uma maneira leve como se fosse apenas uma brincadeira.

Ao meu noivo pelo companheirismo, parceria, paciência, espera e incentivo em todos os momentos de dedicação e estudo. Por se dispor a conhecer um pouquinho sobre a política pública de esporte na nossa região e ter se tornado meu motorista me levando em todas as entrevistas. Ao Sávio e ao João Guilherme, principalmente, por terem se tornado parte da minha família, me entusiasmando a sonhar cada vez mais.

Aos meus amigos antigos que foram essenciais no momento de ingressar para essa Universidade e que continuam presentes até hoje, me apoiando e me incentivando. E aos meus novos amigos, aqueles colegas de turma que logo no início se tornaram a minha família campista. Não existem palavras para agradecer os inúmeros favores, as conversas, as brincadeiras, as imitações, os teatros, as apresentações, aos estudos em grupo, as explicações das aulas, até os momentos de desespero compartilhado. Muito obrigada por tornarem esses anos cheios de alegria e cercados de pessoas maravilhosas.

Agradeço também a todos os meus professores, que de modo geral, sempre estiveram dispostos a ajudar, tirar dúvidas, aconselhar e muitas vezes se tornaram nossos amigos, contribuindo de uma maneira importantíssima para minha formação acadêmica. É imprescindível reforçar que sou grata ao meu orientador Mauro Macedo Campos, pela

paciência, pelos conselhos, pela disponibilidade, pelo apoio, pelas diversas revisões deste trabalho e principalmente por acreditar que conseguiria.

Por fim, agradeço de maneira singular a todos os gestores entrevistados, que me receberam em suas cidades com muita simpatia, me cederam um pouco de tempo, paciência e estiverem dispostos a contar não só as ações esportivas realizadas nos seus municípios, mas também conversaram francamente a respeito das dificuldades e empecilhos para concretizarem as políticas de esporte na nossa região.

RESUMO

ALHANATI, Júlia Vieitas Sarruf. **Políticas Públicas para o Esporte**: Uma análise das ações realizadas nos municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes, RJ: UENF, 2016, 75 p. Monografia (Bacharel em Administração Pública). Orientador: Prof. Dr. Mauro Macedo Campos.

A proposta deste trabalho monográfico parte de uma noção generalizada de escassez de informações sobre a área de Políticas Públicas de Esporte, em âmbito local. Deste modo, esse trabalho busca diagnosticar as ações públicas esportivas da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, foram realizadas entrevistas com onze gestores públicos municipais, dessa Região, bem como um levantamento sobre as políticas locais existentes e os equipamentos públicos para este fim. Foram considerados três eixos centrais: gestão pública municipal; estrutura organizacional e administrativa; e programas esportivos e de lazer, objetivos, funções e público-alvo. Dos dados coletados no campo para esse trabalho, foram tabuladas e analisadas as principais informações sobre as ações do setor público voltadas para o esporte nessa Região. Tem-se, portanto, um instrumento para auxiliar o setor público no planejamento das políticas esportivas.

Palavras Chave: Esporte, Política Pública, Região Serrana.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APL - Arranjos Produtivos Locais

CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro

CND – Conselho Nacional de Desporto

CNE - Conferência Nacional de Esporte e Lazer

DED – Departamento de Educação Física e Desporto

DIESPORTE - Diagnóstico Nacional do Esporte

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

MEIs - Microempreendedores Individuais

PED – Plano de Educação Física e Desporto

PNDE - Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEELJE - Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Divisão da Região Serrana em Microrregiões.....	24
Tabela 2 – Características Gerais dos Municípios da Região Serrana.....	26
Tabela 3 – Características dos Governos Municipais da Região Serrana.....	27
Tabela 4 – Características das Secretarias de Esporte da Região Serrana.....	37
Tabela 5 – Público Alvo e Estimativa do Número de Pessoas Atendidas.....	45
Tabela 6 – Principais Áreas de Manifestação do Esporte Investida Pelos Municípios.....	48
Tabela 7 – Características Gerais dos Cargos Ligados ao Esporte.....	49
Tabela 8 – Conselhos Municipais de Esporte.....	54
Tabela 9 – Decisão sobre as Políticas Públicas de Esporte.....	57
Tabela 10 – Propostas Apresentadas Pelos Vereadores dos Municípios.....	59
Tabela 11 – Mapeamento dos Espaços Públicos Para Prática Do Esporte.....	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.....	25
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais Programas e Ações Desenvolvidos pelo Ministério do Esporte.....	32
Quadro 2 - Principais Programas e Ações Desenvolvidos pela SEELJE.....	33
Quadro 3 – Formulação e Planejamento das Políticas Públicas de Esporte (em 2016).....	38
Quadro 4 – Iniciativas de Estímulo ao Esporte dos Municípios (em 2016).....	41
Quadro 5 – Parcerias, Apoios e Patrocínios (em 2016).....	43
Quadro 6 – Eventos Sediados Pelos Municípios.....	46
Quadro 7 – Formas de Participação da Sociedade Civil.....	53
Quadro 8 – Investimentos na Área Estrutural.....	62

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	72
Anexo 2: Modelo de Questionário.....	73
Anexo 3: Ficha Técnica dos Entrevistados.....	75

SUMÁRIO

1. Introdução.....	14
2. Capítulo I: Políticas Públicas de Esporte: Desenvolvimento Teórico e Princípios Norteadores.....	18
3. Capítulo II: A Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.....	24
I. Apresentação dos Municípios da Região Serrana.....	24
II. A Lei de Incentivo ao Esporte.....	28
III. Ações Públicas para o Incentivo ao Esporte.....	31
IV. Programa Lidera Rio nos Esportes.....	34
4. Capítulo III: Diagnóstico da Política de Esportes dos Municípios da Região Serrana.....	36
I. Características Gerais.....	36
II. Público Alvo das Políticas Públicas de Esporte.....	45
III. Política de Esportes <i>versus</i> Política de Eventos.....	46
IV. Manifestações do Esporte nos Municípios Pesquisados.....	47
V. Os Profissionais Ligados ao Esporte.....	49
VI. O Papel da Sociedade Civil.....	53
VII. Relação dos Órgãos de Gestão de Esporte com as outras Secretarias.....	58
VIII. Mapeamento dos equipamentos esportivos.....	60
IX. Gestão dos Espaços Públicos para Prática Esportiva.....	63
5. Considerações Finais.....	65
6. Referências.....	68

INTRODUÇÃO

O Brasil, apesar dos avanços incontestes das últimas décadas, ainda é retrato de um mapa de desigualdade social, reflexo de índices como os de exclusão social, escolaridade, alfabetização, pobreza, violência, entre outros. Há um destaque na grande mídia sobre os problemas enfrentados em áreas como a saúde, a educação, a segurança e a assistência social. São políticas públicas cujo destaque cotidiano faz com que ganhem cada vez mais espaço. Não por menos, pois impactam diretamente na vida das pessoas. Deste modo, as atenções dos governos (nas três esferas) se voltam para os problemas delas decorrentes. Inclusive pela transferência de recursos e regulações específicas.

Por outro lado, ações políticas voltadas para uma outra política pública, o esporte, podem ser revestidas de cunho social e com isso apresentarem uma abordagem centrada na formação do cidadão. É uma política pública sem tanta visibilidade; como uma “política de sombra”. Acontece que, a prática esportiva leva ao aprendizado, à disciplina e ao respeito das regras esportivas, seja na formação individual, como também, no trato com outras pessoas. O esporte e lazer também se associam à educação, saúde e assistência social, aproximando-se de temas como qualidade de vida, incentivo à atividade física e inclusão social. As políticas públicas de esporte vinculadas a outras áreas sociais podem ser o primeiro passo na tentativa de alterar essa realidade. Tem, portanto, um “efeito rebote”, no que se refere à capacidade de impactar nos efeitos de outras políticas públicas, como a saúde e a educação.

Com a Constituição Federal de 1988, o Esporte e o Lazer passaram a ser considerados direitos constitucionais com embasamento legal, entretanto, não tem um lugar de destaque na agenda pública em relação a áreas consideradas de maior urgência de investimentos, como Educação e Saúde, por exemplo. Dessa forma, o Esporte e Lazer não são exercidos plenamente, existindo uma lacuna relacionada aos estudos de políticas públicas voltadas para esse setor. A falta de reconhecimento social e a escassez de recursos impactam no volume de políticas públicas de esporte empregadas, sobretudo nos municípios.

Percebe-se uma distância entre as políticas públicas federais e a realidade de municípios, sobretudo aqueles pequenos, pois, quando há investimento efetivo no esporte, na grande maioria, englobam-se políticas públicas de grande porte (TASSA, LOVATO, 2014).

“Dada a carência de um plano nacional de esporte e lazer por parte do Governo Federal, que transcenda finalidades imediatistas e transitórias, como a Copa do Mundo de 2014, a população vive, e nem sempre de modo consciente, a escassez de ações que

possibilitem o acesso ao direito a práticas esportivas e de lazer.” (ZOTOVICI, LOPES, RANGEL, 2013, p.11)

Uma das formas de estimular a prática do esporte nos municípios é resgatar os espaços e equipamentos públicos, adaptando e planejando-os de acordo com as demandas e características de cada cidade e de sua população. Esta forma de ação já responde a um movimento inicial de divulgação e ampliação do acesso ao esporte enquanto política pública essencial para a cidade. Para Tassa e Lovato (2014), essas discussões apontam para a necessidade dos gestores assumirem atitudes conscientes na busca de novas ideias e soluções mais coerentes com a realidade, características e especificidades dos seus municípios ou da sua região.

No que se refere ao objeto de pesquisa desta pesquisa monográfica, até o ano de 2016, não existia nenhum outro projeto, texto ou publicação com a perspectiva de políticas esportivas nos 14 municípios da Região Serrana, do Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, esta monografia visa conhecer as ações públicas esportivas realizadas nestas cidades, identificando os espaços e equipamentos públicos esportivos e as ações dessa área, na tentativa de minimizar as lacunas de informações sobre as ações de esporte e dessa região.

Esta monografia parte do pressuposto de que o diagnóstico da atual situação das ações esportivas pode proporcionar a ampliação da base de conhecimentos dessa área, contribuindo para promover o desenvolvimento de políticas públicas de esporte adaptadas para a realidade e características desses municípios. Neste sentido, apresenta como objetivo geral, subsidiar o gestor público para formular e acompanhar as ações públicas esportivas da Região Serrana. E por objetivos específicos:

1. Caracterizar as ações públicas de esporte dessa região.
2. Verificar as principais dificuldades e carências dessas ações.
3. Identificar os equipamentos públicos esportivos dessa região.

A partir da revisão e análise bibliográfica e pensando na importância das políticas públicas se adaptarem as necessidades e características das cidades e da população, foram identificados alguns textos, como Mezzadri (2007), Miguel e Starepravo (2008), Andrade (2009), entre outros, cujas abordagens coincidem com a possibilidade de realização de um trabalho com a mesma vertente na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

Esses textos tinham como objetivo a criação de um banco de dados relacionados às ações públicas de esporte de uma determinada cidade ou região, com o propósito de desenvolver o esporte nessas localidades, principalmente, a partir de três eixos centrais:

gestão pública municipal; estrutura organizacional e administrativa; e programas esportivos e de lazer, objetivos, funções e público-alvo.

Em função disso, ficou definido que seriam realizadas entrevistas estruturadas com os gestores públicos municipais ligados ao esporte desses quatorze municípios. Outrossim, as entrevistas foram previamente agendadas por telefone, email e outros meios de contatos e foram realizadas, entre os dias 03 de fevereiro e 01 de março de 2016, pessoalmente nos seguintes municípios: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto e Sumidouro.

Dos quatorze municípios da Região Serrana, os únicos três municípios que não foi possível realizar as entrevistas, foram: São Sebastião do Alto, Teresópolis e Trajano de Moraes. Ocorreram inúmeras tentativas, por diferentes meios de contato, de agendar essas entrevistas, inclusive, em um dos casos, várias visitas a Secretaria, entretanto, não se obteve nenhum tipo de resposta positiva. Nos outros onze municípios, as entrevistas foram gravadas com base no *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (Anexo 1) e ocorreram com auxílio de um *Modelo de Questionário* (Anexo 2) de perguntas abertas realizadas com os Secretários de Esporte ou representantes correspondentes.

Por sua vez, esse Modelo de Questionário foi elaborado com base na revisão bibliográfica feita anteriormente, definindo as principais questões a serem abordadas, entre elas: a estrutura administrativa e o nível de autonomia do órgão; o planejamento; o orçamento; os cargos; as iniciativas, estímulos, público alvo e os eventos sediados; as áreas de manifestação do esporte e os atletas de alto rendimento; mapeamento, gestão e investimento em equipamento público; participação social e conselho municipal; e, relação com outras secretarias e com vereadores.

Em função dos dados coletados a partir desse trabalho de campo e as informações disponíveis nos sites municipais, estadual, federal, portais da transparência e sites e jornais de informações regionais foi desenvolvido este trabalho. Os resultados serão apresentados em tabelas e quadros no decorrer deste estudo.

A estrutura desse estudo também é composta por mais três capítulos e as considerações finais. O *Capítulo I - Políticas Públicas de Esporte: Desenvolvimento Teórico e Princípios Norteadores*, com base em autores como Zotevici, Lopes, Rangel, et al, (2013), Andrade, Monteiro, Silva, et al, (2010), Mendes, Azêvedo (2010), Martins, Melo (2009), entres outros, traz um breve referencial histórico. Esses textos possibilitam pincelar desde os primórdios da relação entre o Estado e as políticas para o Esporte, na década de 30, até o avanço do esporte como direito social previsto na Constituição de 1988.

Já o *Capítulo II: A Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro* busca apresentar as informações básicas sobre as características socioeconômicas dos municípios dessa região. Além de, brevemente, contextualizar as ações e programas do esporte, atualmente, no cenário federal e estadual, que podem se tornar parceiros do desenvolvimento esportivo nessa região. Em função disso, esse capítulo aborda a questão da Lei de Incentivo ao Esporte, que é um instrumento para incentivar o financiamento de projetos esportivos e também traz algumas das principais ações realizadas pelo Ministério do Esporte e pela Secretária de Estado de Esporte, Lazer e Juventude.

Por fim, o *Capítulo III – Diagnóstico da Política de Esportes dos Municípios da Região* apresenta, de maneira mais evidente, os resultados do trabalho de campo. É composto por temas e dados como: política de eventos; manifestações do esporte; profissionais ligados ao esporte; o papel da sociedade civil; relação dos órgãos de gestão de esporte com as outras secretarias; mapeamento dos equipamentos esportivos; gestão dos espaços públicos para prática esportiva. Nos quais são apresentados uma série de informações que se manifestam em tabelas e quadros que são resultados da tabulação dos dados das entrevistas e são baseados nas informações fornecidas pelos gestores dessa região.

Capítulo I

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE: DESENVOLVIMENTO TEÓRICO E PRINCÍPIOS NORTEADORES

Foi com a Revolução de 1930, na Primeira Era do Governo Vargas (1930-1945) que a agenda pública brasileira esboça os primórdios de uma relação mais próxima entre o Estado e as políticas para o Esporte. Os primeiros documentos legais publicados e as deliberações do Conselho Nacional de Desporto (CND) transmitiam uma intenção nacionalista de restabelecer a paz e o espírito de disciplina e o patriotismo. (ZOTEVICI, LOPES, RANGEL, et al, 2013).

De acordo com estes autores os esforços em prol do esporte e a intenção nacionalista e pacificadora ocorriam “mais por lógicas existentes no interior do próprio campo político/burocrático do que por uma reconhecida demanda da sociedade” (2013, p.5). Os autores afirmam que “esse jogo de interesses que acontece nas ações das políticas públicas faz com que a agenda seja muitas vezes organizada sem considerar amplamente as necessidades sociais.” (2013, p.5).

Já durante o regime militar o esporte ganhou mais espaço e importância, foram criados o Departamento de Educação Física e Desporto (DED), o primeiro Plano de Educação Física e Desporto (PED), assim como outros embasamentos legais, construindo a Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e do Desporto (PNDE). Entretanto, fundamentado em argumentos compensatórios e de controle social.

Neste período, o esporte surge no jogo político “como [uma] tentativa de desviar o foco da situação de opressão em que o país se encontrava no período do regime militar” (ZOTEVICI, LOPES, RANGEL, et al, 2013, p. 05).

O esporte, caracterizado por acentuada conotação de rendimento, fortalece o caráter nacionalista empregado pelo regime militar, na tentativa de elevar o nome do país ao obter êxito nas competições de alto nível, assim como, criar “um nacionalismo”, e, “entreter os jovens de maneira segura” (ANDRADE, MONTEIRO, SILVA, et al, 2010), com “incentivo às Associações Atléticas nas Universidades, em detrimento dos Diretórios Acadêmicos” (MARTINS, MELO, 2009, p.3).

Somente a partir da Constituição Federal de 1988 que o esporte se torna um direito de todo cidadão, entrando para o rol de direitos sociais. Em termos formais, o esporte é considerado na Constituição Federal,

Art. 6, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Art. 217, “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988).

Está presente também em outras legislações, como a Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde estabelece que “os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude” (BRASIL, 1990).

O esporte é um fenômeno social de grande inserção no país, independentemente das modalidades. Mas, sobressaem-se as modalidades tidas como “profissionais”, que apesar das dificuldades em se catalogar esse contingente, ainda assim, é uma categoria cujo conhecimento por parte do Estado é mais conciso. Já o universo do chamado “esporte amador” não tem um mapeamento completo. As informações se dissipam mais ainda, quando se pensa no “esporte como política pública”, e, neste caso, as ações e intervenções que os órgãos públicos realizam em prol desta política. As informações são escassas. Não se sabe ao certo o que “realizam” prefeituras no sentido de promover esta política, fundamental na formação de crianças e jovens. É por essa abordagem que se propõe o desenvolvimento desta monografia.

Existem diferenças significativas entre o esporte amador e o profissional. O esporte amador refere-se ao esporte praticado pelo apreciador, que exerce um ofício por gosto e não por profissão. Dessa forma, o esporte é exercido por lazer ou por questões de saúde, por exemplo, e o atleta não depende do esporte como renda financeira.

Autores como Andrade, Monteiro e Silva (2010) entendem que,

As políticas públicas de esporte vêm ganhando destaque no cenário mundial, tanto nas reivindicações da sociedade, que buscam uma melhor qualidade de vida, como na importância dada ao esporte em âmbito escolar, como ferramenta auxiliadora do processo de educação. (ANDRADE, MONTEIRO, SILVA, et al, 2010, p.196).

Vale ressaltar que, as alterações esportivas estão sempre influenciando o nosso cotidiano. O resultado do futebol se torna o assunto do bate papo do corredor, elevador ou do cafezinho, assim como a final do time é desculpa para confraternização e reunião com a família e os amigos. Quando se trata de Copa do Mundo então, o jogo do Brasil se torna “feriado nacional”. (MARTINS, MELO, 2009). Tais questões evidenciam a importância do esporte para os brasileiros. No entanto, como foi apontado, esta relação

tão próxima se vincula ao esporte profissional. Não necessariamente à política de esporte.

Mesmo havendo diálogos, no Brasil, sobre políticas públicas de esporte no século XX, não é tão comum a realização de fóruns e debates permanentes. As discussões importantes só começaram a ocorrer em 2004 com a realização da 1ª Conferência Nacional de Esporte e Lazer (CNE), representando um momento histórico para o esporte com a participação da sociedade na formulação de políticas nessa área (ANDRADE, 2009).

Mas ainda há muito a caminhar, pois, “apesar dessa grande inserção social, notamos que o esporte ainda não goza da legitimação social que outros direitos têm no âmbito das administrações públicas” (MARTINS, MELO, 2009, p.01), ficando em segundo plano em detrimento dos outros direitos sociais.

Mesmo o esporte e lazer sendo considerados direitos fundamentais e tendo embasamento constitucional, esses direitos não são exercidos plenamente, existindo uma lacuna relacionada aos estudos de políticas públicas voltadas para esse setor. Percebe-se que o esporte e lazer são vistos como direitos secundários, menos importantes em comparação com a educação e saúde, por exemplo, que são consideradas áreas de maior urgência de investimento.

A falta de reconhecimento sociopolítico e a escassez de recursos impactam no volume de políticas públicas de esporte empregadas, sobretudo nos municípios. Tais questões restringem o acesso e permanência da sociedade ao esporte à um seleto grupo que pode pagar por esse direito, privatizando e mercantilizando as práticas esportivas (MARTINS, MELO, 2009).

A partir da década de 1990, “o Estado passou a renunciar aceleradamente as suas funções sociais e públicas e a fortalecer o privado e a sociedade civil, – criando um caráter de desresponsabilização do Estado perante os direitos sociais.” (MENDES, AZÊVEDO, 2010, p.130). Dessa forma, há uma espécie de compartilhamento da sua responsabilidade com o setor privado e a sociedade civil.

Mendes e Azêvedo (2010) defendem que “enquanto direito social, a prática desportiva não formal é direito de cada um, e dever do Estado no concernente ao seu fomento” (p.134). Nessa mesma linha, Filho (1999, pp.182-183) considera que o esporte deve ser “apropriado pelos cidadãos com o objetivo de auferir-lhes autonomia esportiva para que possam, de livre arbítrio, dele se utilizarem seja para a promoção de

saúde, seja para o seu lazer ou então, se assim o desejarem, como instância de trabalho” (p.137). Todos os direitos sociais devem ser garantidos como os direitos que são.

Neste sentido, o esporte e lazer se associam à educação, saúde e assistência social, aproximando-se de temas como qualidade de vida, incentivo à atividade física e inclusão social. As políticas públicas de esporte vinculadas a outras áreas sociais podem ser o primeiro passo na tentativa de alterar essa realidade.

As ações políticas voltadas para o esporte podem ser revestidas de cunho social e com isso apresentarem uma abordagem centrada na formação do cidadão. A prática esportiva leva ao aprendizado, à disciplina e ao respeito das regras esportivas, seja na formação individual, como também, no trato com outras pessoas. Dessa forma, o praticante do esporte tem mais condições de adquirir autocontrole, respeito ao oponente, aprendizado de trabalho em grupo. Para Zotovici, Lopes e Rangel (2013) a convivência social pelo esporte promove a saúde, a construção de valores e também o aprimoramento da consciência crítica e da cidadania.

Não há a mínima garantia de que os jovens que passaram [...] [projetos voltados ao esporte][...] conseguirão levar para o mundo adulto a ética vivida nos momentos em que puderam jogar e aprender o esporte no qual se vincularam. [...] Mas, apesar dessa incerteza, o esporte como alvo das políticas públicas pode ser um bom instrumento para promover uma nova postura nas relações sociais. A sociabilidade que esses espaços criam, o aprendizado do autocontrole e, por conseguinte, da convivência com o outro, podem ser importantes para a construção de uma nova perspectiva frente ao mundo social. (DECCACHE-MAIA, 2006, p.17).

Deste modo, torna-se importante construir políticas públicas bem definidas que priorizem o acesso a toda população, respeitando as características e necessidades específicas, principalmente, daqueles grupos mais vulneráveis. Entretanto, “o fato é que a maioria da população, principalmente da periferia, fica na dependência de esforços isolados, para que possa resistir e também fazer parte desta história.” (SALDANHA FILHO, 2003, p.5).

As políticas sociais visam atender as expectativas de demandas sociais, reduzindo as desigualdades estruturais e, por isso, não devem ser restringidas a políticas de governo. Entretanto, não há como negar evidente dificuldade em dar continuidade aos projetos já existentes e a implementar outros projetos. Para Galindo (2010) o fracasso de não conseguir atender as demandas sociais ligadas ao esporte e lazer são fruto de ações desarticuladas da realidade concreta, fragilidade regulatória e falta de elo das políticas, programas e projetos com as realidades e especificidades de cada local. Muitas vezes existem secretarias e equipamentos esportivos públicos, entretanto, as

políticas públicas de esporte são inexistentes. Outros elementos são a escassez de recursos humanos, materiais e financeiros e a clara necessidade de gestores subsidiados por conhecimentos técnico-científicos. (GALINDO, 2010).

“(...) é necessário construir políticas públicas de esporte e lazer, possibilitando acesso a atividades criativas e prazerosas, que preservem a identidade e a história das comunidades, dos grupos e subgrupos sociais marginalizados, resgatando e valorizando práticas presentes em suas manifestações corporais, poderão possibilitar a melhoria da auto-estima de muitos setores excluídos das oportunidades, bem como, a manifestação autêntica de idéias expressivas e criativas da cultura popular. É na conquista do gosto de si mesmo que mulheres e homens descobrem possibilidades coletivas de luta generosa por uma vida com dignidade – mais justa, mais solidária e mais feliz – garantindo assim, de forma revolucionária, princípios da cidadania e da democracia como valores universais.” (SALDANHA FILHO, 2003, p.05).

No entanto, a formulação de políticas públicas com a perspectiva de fazer do esporte um elemento de inclusão e desenvolvimento social, há que ter planejamento. E, “para sustentar o planejamento nas instituições públicas, de forma eficiente e estruturada é indispensável a presença de um Plano de Governo Norteador, necessário para determinar e sustentar os objetivos e metas traçados para a gestão em vigor” (MEZZADRI, 2007, p.14), sem que isso ocorra, a elaboração das ações continuará a mercê da vontade dos próprios dirigentes, sem planejamento prévio e sem a participação efetiva da sociedade.

Uma outra questão que merece atenção é o destaque concedido às políticas públicas para o esporte pelos municípios de pequeno porte. O que se percebe é uma distância dessas políticas da realidade de municípios pequenos, pois, quando há investimento efetivo no esporte, na grande maioria, englobam-se políticas públicas de grande porte, como por exemplo, o esporte de rendimento visando as competições sejam regionais, estaduais, nacionais ou mesmo eventos como as Olimpíadas, Pan-Americanos e Mundiais (TASSA, LOVATO, 2014).

“Para superar este quadro de desestruturação, de conformismo, as pessoas devem partir daquilo que lhes é mais próximo e familiar. E esse terreno da familiaridade é o terreno das cidades por excelência. A cidade é o lugar privilegiado de inclusão social imediata e de exercício da cidadania como uma tarefa ética. É na cidade que o cidadão trabalha, tem família, se locomove, consome, constrói suas redes sociais, vive sua cultura...” (SALDANHA FILHO, 2003, p.01).

Uma das formas de estimular a prática do esporte nos municípios é pela criação de espaços públicos, que apresentam-se como uma forma de referência da cidade, caracterizados como locais de sociabilidade e integração da sociedade (SALDANHA FILHO, 2003). Deste modo, destaca-se a necessidade de resgatar os espaços e equipamentos públicos, adaptando e planejando-os de acordo com as demandas e

características de cada cidade e de sua população. Esta forma de ação já responde a um movimento inicial de divulgação e ampliação do acesso ao esporte enquanto política pública essencial para a cidade. Para Tassa e Lovato (2014), essas discussões apontam para a necessidade dos gestores assumirem atitudes conscientes na busca de novas ideias e soluções mais coerentes com a realidade, características e especificidades dos seus municípios ou da sua região.

Afinal, políticas públicas como o esporte, que não possuem um caráter de coordenação federativa e, tampouco tem a garantia de transferências de recursos das esferas federal e estaduais, acabam por recair na questão da “prioridade (ou não)” dos gestores locais em dar funcionalidade nestas políticas. Via de regra se limitam às ações isoladas de escolas, em se tratando da parcela pública, e em maior escala, por iniciativas de cunho privado. Portanto, há um certo desconhecimento dos impactos destas políticas. No intuito de conhecer um pouco sobre o funcionamento destas políticas, no âmbito local, o próximo capítulo tem como intenção apresentar as principais características da Região Serrana e também a metodologia utilizada para realização deste trabalho.

CAPÍTULO II

A REGIÃO SERRANADO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I - Apresentação dos Municípios da Região Serrana

A Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro é uma extensão da Serra do Mar, pertencente ao Complexo Cristalino Brasileiro, dessa forma, caracteriza-se por suas cadeias de montanhas e pelos mais altos picos da Serra do Mar, com altitudes que variam de 100 até 2.263 metros (CEPERJ¹). É composta por 14 municípios, distribuídos em quatro microrregiões, como se observa na tabela 1.

Tabela 1 – Divisão Da Região Serrana Em Microrregiões

MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
SERRANA	Petrópolis
	São José do Vale do Rio Preto
	Teresópolis
CANTAGALO-CORDEIRO	Cantagalo
	Carmo
	Cordeiro
	Macuco
NOVA FRIBURGO	Bom Jardim
	Duas Barras
	Nova Friburgo
	Sumidouro
SANTA MARIA MADALENA	Santa Maria Madalena
	São Sebastião do Alto
	Trajano de Moraes

Na Figura 1, pode-se observar que, considerando os aspectos territoriais, a Região Serrana está localizada na parte central do Estado, fazendo divisa com praticamente todas as outras regiões (Centro-Sul Fluminense, Metropolitana, dos Lagos, Norte Fluminense e Noroeste Fluminense) e com o Estado de Minas Gerais. Sendo que a distância média entre as cidades e a capital do estado é de aproximadamente 163,35 km.

¹Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ). Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html>. Acessado em: 14/11/2016.

Figura 1 – Municípios da Região Serrana no mapa do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Mapa da Região Serrana. O GLOBO. <http://goo.gl/fUzaAT>(set/2014).

Em sua totalidade, de acordo com o censo do IBGE (2010) e conforme pode ser observado na Tabela 2, essa região é formada por 6.945.963 km² de extensão territorial e 805.527 habitantes. São três os principais municípios da região, Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis, que juntos chegam a quase 80% da população da Região Serrana. Esses três municípios também apresentam uma unidade espacial diferenciada do restante da região, caracterizam-se por “apresentar grande dinamismo, em função das atividades industriais e turísticas” (CEPERJ, p.1) e sendo considerados os principais pólos regionais.

Tabela 2 – Características Gerais dos Municípios da Região Serrana

Municípios	Área da Unidade Territorial (Km²)	População (em 2010)
Bom Jardim	384.639	25.333
Cantagalo	749.279	19.830
Carmo	324.742	17.434
Cordeiro	116.349	20.430
Duas Barras	375.126	10.930
Macuco	77.719	5.269
Nova Friburgo	933.414	182.082
Petrópolis	795.799	295.817
Santa Maria Madalena	814.763	10.321
São José do Vale do Rio Preto	220.306	20.251
São Sebastião do Alto	397.898	8.895
Sumidouro	395.516	14.900
Teresópolis	770.601	163.746
Trajano de Moraes	589.812	10.289
TOTAL	6.945.963	805.527

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Esses três pólos da região apresentam indústrias de gêneros diversos, destacando-se, sobretudo, as de vestuário e têxtil, representada por pequenas e médias empresas. Nova Friburgo, Teresópolis e cidades ao entorno também são caracterizados pela produção de hortifrutigranjeiros.

De acordo com a CEPERJ, essa região se destaca na esfera estadual por dois Arranjos Produtivos Locais (APL): Nova Friburgo como núcleo de moda íntima, e, Petrópolis voltado para moda feminina. Vale destacar que, “Nova Friburgo desempenha as funções industrial, de comércio e de prestação de serviços, exercendo influência sobre quase todos os municípios da Região Serrana” (CEPERJ, p.1), além de ter uma localização central nessa região.

Os outros onze municípios, apesar de possuírem uma relativa extensão territorial, têm um número populacional muito pequeno, sendo que no município mais populoso não ultrapassa os 25 mil habitantes.

[...] o restante da Região, apresenta um fraco desempenho econômico, em função da substituição da atividade cafeeira pela pecuária extensiva, em solos empobrecidos, trazendo baixos índices de produtividade, o que tem servido para forçar o êxodo de parcelas consideráveis da força de trabalho rural. (CEPERJ, p.1)

O município Cantagalo apresenta concentração de atividade industrial em torno de artefatos de concreto e cimentos, entretanto, sem dinamismo suficiente para alterar esse cenário (CEPERJ). Dessa forma, esses onze municípios são considerados de

pequeno porte, com pouquíssimas empresas de grande e médio porte, que impacta na baixa capacidade econômica destes municípios.

Em termos mais gerais, a Tabela 4 traz a composição política dos municípios da região. Apenas seis municípios o Prefeito eleito, é do mesmo partido do Governador do Estado, para o período entre 2012 e 2016.

Tabela 3 – Características dos Governos Municipais da Região Serrana

Municípios	Prefeito Eleito (2013-2016)	Partido/Coligação	Situação/Oposição Governador
Bom Jardim	Paulo Vieira de Barros	Partido do prefeito: PMDB Coligação governativa: PP/PTD/PT/PTB/PMDB/PPS/PSDB/PSD/PC do B.	Situação
Cantagalo	Saulo Domingues Gouvea	Partido do prefeito: PT Coligação governativa: PT/PMDB/PHS/PP/PSB/PSC/PSD/PSL/PTB	Oposição
Carmo	Odir Gonçalves Ribeiro	Partido do prefeito: PSB Coligação governativa:PRB/PTD/PT/PR/PHS/PSB/PPL/PC do B/PT do B.	Oposição
Cordeiro	Salomão Lemos Gonçalves	Partido do prefeito: PR Coligação governativa: PT/PR/PV/PSDB/PC do B	Oposição
Duas Barras	Alex Rodrigues Leitão	Partido do prefeito: PMDB Coligação governativa:PTD/PT/PTB/PMDB/PSC/PPS/PSB/PV/PSDB/PSD.	Situação
Macuco	Félix Lengruber	Partido do prefeito: PMDB Coligação governativa:PTB/PMDB/PSL/PMN/PSB/PSD/PC do B.	Situação
Nova Friburgo	Pedro Rogério Vieira Cabral	Partido do prefeito: PSD Coligação governativa:PMDB/PSC/PPS/PRTB/PSDB/PSD,	Oposição
Petrópolis	Rubens José França Bomtempo	Partido do prefeito: PSB Coligação governativa: PR/DEM/PSB/PV/PC do B/PT do B.	Oposição
Santa Maria Madalena	Clementino da Conceição	Partido do prefeito: PP Coligação governativa:PRB/PP/PT/PPS/PSDB/PSD/PR.	Oposição
São José do Vale do Rio Preto	José Augusto Gonçalves	Partido do prefeito: PMDB Coligação governativa:PP/PMDB/PSL/DEM/PRTB/PSDB/PSD.	Situação
Sumidouro	Juarez Gonçalves Corguinha	Partido do prefeito: PMDB Coligação governativa: PMDB/PSL/PSB/PSD.	Situação

Fonte: [http://www.eleicoes2012.info/\(2012\)](http://www.eleicoes2012.info/(2012)).

A situação política de um município não é pré-determinante para conseguir desenvolver um programa estadual, entretanto, o maior diálogo com o governo estadual pode facilitar o acesso e o conhecimento de programas e parcerias com essa esfera de governo, aumentando as possibilidades de promover políticas públicas. Um exemplo disso, é que apenas dois municípios declararam possuir o projeto estadual Escolinha de

Futebol Léo Moura, e em ambos os casos os prefeitos fazem parte do mesmo partido político do governador do Estado.

Paralelamente, iniciativas de estímulo à participação do setor privado foram formuladas no âmbito do governo federal – e depois expandidas para alguns governos estaduais – que são as leis de incentivo ao esporte, que congregam a participação privada, por meio da renúncia tributária. É o que se pretende apontar, na sequência deste capítulo, na subseção seguinte.

II - A Lei de Incentivo ao Esporte

A Lei de Incentivo ao Esporte foi sancionada no ano de 2006 e passou a ser implementada em 2007, essa lei dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar atividades esportivas. É um instrumento que permite que as pessoas físicas e jurídicas “transfiram” parte do seu imposto de renda para projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. Sem dúvida, a Lei de Incentivo é um avanço significativo na legislação dessa política pública e que possibilita a captação de recursos para atividades esportivas, um mecanismo de financiamento para viabilizar a política pública esportiva. Mesmo porque, as políticas públicas de esporte, diferentemente das políticas públicas de educação, saúde, assistência social, não possuem repasses constitucionais de recursos para o seu custeio. A captação de recursos ocorre através da dedução do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas,

“[...] esses valores se tornam recursos financeiros revertidos aos projetos esportivos para aquisição de materiais esportivos, melhorias e construções de estruturas, pagamentos de funcionários, pagamento de taxas e encargos, sendo todos relativos ao projeto esportivo” (GUERREIRO, 2016, p.20).

De acordo com Pires (2013), “a Lei Federal de Incentivo ao Esporte e as leis estaduais e municipais sancionadas em diversos pontos do Brasil nos últimos anos permitem que entidades elaborem e enviem projetos para análise do poder público.”. Todavia, os gestores ainda encontram muitas dificuldades, “Assim, desde 2007, o governo federal renuncia anualmente a 400 milhões de reais (em valores não deflacionados) em tributos para o esporte. Entretanto, este valor ainda está longe de

atingir o teto, mesmo com muitos projetos aprovados pelo Ministério do Esporte.” (VALOR COMPARTILHADO, 2015²).

“Por exemplo, no ano de 2014, foram liberados pelo governo R\$ 576.239 mil, dos quais apenas R\$ 254.754 mil foram captados pelos projetos submetidos ao governo (Ministério do Esporte, 2015), de forma que cerca de 56% das verbas aprovadas pelo governo não são destinadas para uso em projetos esportivos. Isto é, há um potencial de investimento que não está sendo absorvido e utilizado para projetos do esporte, havendo uma perda relacionada à oportunidade perdida de incentivo aos projetos esportivo-sociais.” (GUERREIRO, 2016, p.16).

Somente em 2013, o equivalente a R\$ 321.485 (em valores não deflacionados) voltaram aos cofres públicos porque não foram utilizados. Diante das dificuldades para efetivar políticas públicas de esporte, principalmente por restrições orçamentárias, é uma oportunidade que não está sendo aproveitada, principalmente pelos gestores públicos. (GUERREIRO, 2010).

Além do mais, “os principais captadores de recursos são os grandes clubes sociais, os clubes de futebol profissional, as associações e institutos de ex-atletas, o Comitê Olímpico Brasileiro (CBO) e as confederações – em especial, aquelas com melhor estrutura [...]” (MATIAS, ATHAYDE, HÚNGARO, MASCARENHAS, 2015), na realidade, grande parte da população ainda não é beneficiada pela lei. Nesse sentido, é necessário

“[...] refletir sobre aspectos que podem ser melhorados nas leis, pensar sobre o aprimoramento das políticas públicas tanto para a área de esportes em geral como para o terceiro setor e ainda conversar sobre como as próprias entidades destas áreas podem desenvolver outras formas de captação de recursos.” (PIRES, 2013).

A Lei Federal nº 11.438 (BRASIL, 2006), mais conhecida como Lei de Incentivo ao Esporte, define em seu artigo primeiro:

Art. 1º A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2022, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. (Redação dada pela Lei nº 13.155, de 2015)

§ 1º As deduções de que trata o caput deste artigo ficam limitadas:

I - relativamente à pessoa jurídica, a 1% (um por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração; (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

²Valor Compartilhado: Centro Mineiro de Alianças Intersectoriais, Gráfica e Editora o Lutador, e, Movimenta Brasil. Disponível em: <<http://www.valorcompartilhado.org.br/educacao-e-esporte-as-possibilidades-da-lei-de-incentivo-ao-esporte/>>. Acessado em: 04/07/2016.

II - relativamente à pessoa física, a 6% (seis por cento) do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. (BRASIL, 2006).

Entre os principais fatores compreendidos como empecilho da captação dos recursos ofertados está a falta de conhecimento da legislação, a burocracia imposta pelo governo e a dificuldade de encontrar empresas de lucro real³.

“Outra questão é a dificuldade da sustentabilidade deste modelo no longo prazo. As oscilações naturais de mercado fazem com que uma empresa possa ter recursos disponíveis para o patrocínio de um projeto em um ano e não ter no ano seguinte. Desta forma, projetos de continuidade, em que os beneficiários deveriam ser atendidos por alguns anos seguidos, algo comum em treinamentos esportivos, ficam obviamente comprometidos.” (PIRES, 2013).

No que se refere objeto empírico desta monografia, vale ressaltar que, a Região Serrana é composta em sua maioria por municípios de pequeno porte e pouquíssimas empresas de grande porte, como já ressaltado anteriormente. E, para que se possa efetuar a dedução fiscal, a Lei Federal nº 9.718, define a obrigatoriedade “à apuração do lucro real as pessoas jurídicas: cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 meses” (BRASIL, 1988). Dessa forma, a dificuldade de encontrar empresas com esta opção de regime tributário acaba sendo a regra na região, ainda mais agravada pela falta de conhecimento da legislação por parte das empresas, contadores, pessoas físicas e até mesmo gestores públicos.

A Secretária do município de Cordeiro cita que uma dificuldade muito grande, além da burocracia e falta de interesse das empresas, é encontrar empresas optantes pelo lucro real em municípios tão pequenos. O Secretário do município de São José do Vale do Rio Preto também comenta sobre o empecilho de encontrar empresas de lucro real em cidades pequenas. E ainda acrescenta que as empresas de outras cidades não possuem interesse em investir, pois a divulgação da sua imagem em cidades do interior é pequena.

“A captação de recursos envolve o Imposto de Renda de empresas que declaram por Lucro Real, ou seja, as grandes. O acesso nem sempre é fácil. Por isso, a sugestão é no momento de redação do projeto, mapear as empresas com potencial de patrocinar e incluir demandas delas ao objeto do projeto. Uma necessidade recorrente das grandes empresas é por desenvolver atividades sociais nas proximidades da sua área de atuação.” (VALOR COMPARTILHADO, 2015).

³Empresas optantes pelo lucro real: os administradores empresariais têm três opções de decisão tributária: Lucro Real, Lucro Presumido ou Simples Nacional. O Lucro Real consiste na antecipação dos tributos mensais, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada, sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/noticias/lucroreal_presumido.htm>. Acessado em: 04/07/2016.

III - Ações públicas para o incentivo ao esporte

Esta subseção busca destacar as ações do governo federal e do estado do Rio de Janeiro, no sentido de estimular às práticas esportivas. Trata-se de um levantamento inicial, que pretende catalogar os programas já em curso. As informações foram coletadas em sites oficiais. O objetivo dessa seção é exibir os principais programas e ações que são desenvolvidas por meio de parceiras com prefeituras, governos estaduais e outros entes públicos.

“O Ministério do Esporte é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano⁴.” O quadro 1 destaca os programas vigentes no governo federal.

⁴ Ministério do Esporte. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/estadosmunicipios>>. Acessado em: 20/04/2016.

Quadro 1 – Principais programas e ações desenvolvidos pelo Ministério do Esporte.

Programa ou Ação	Descrição
Transferências Voluntárias	Critérios: Localidades de baixo IDH; Áreas consideradas de alta vulnerabilidade social; Áreas de inclusão social; Benefício a povos e comunidades tradicionais ou indígenas; Complemento de programas esportivos públicos; localidades de alta concentração de crianças, adolescentes e jovens ou idosos (PNAD); Complemento de programa PAC ou “Minha Casa, Minha Vida”; Localidades vocacionadas para determinada atividade esportiva; Estímulo ao turismo da localidade.
Centro de Iniciação ao Esporte (CIE)	O objetivo é ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras.
Praça da Juventude	O objetivo é levar um equipamento esportivo público e qualificado para a população que pudesse, ao mesmo tempo, tornar-se ponto de encontro e referência para a juventude. Mais do que um espaço físico para a prática de esportes, a Praça da Juventude é uma área de convivência comunitária onde são realizadas também atividades culturais, de inclusão digital e de lazer para a população de todas as faixas etárias.
Segundo Tempo (PST)	Tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.
Segundo Tempo na Escola	Com o fortalecimento da ação intersetorial do Governo Federal, integrando Esporte e Educação, foi possível duplicar o atendimento do Programa Segundo Tempo (PST), que oferece múltiplas vivências esportivas no contraturno escolar, por meio do Programa Mais Educação do Ministério da Educação, inserindo definitivamente uma proposta de esporte na escola, integrada ao seu projeto pedagógico.
Recreio nas Férias	Informações não disponíveis no site.
Esporte e Lazer na Cidade (PELC)	Proporciona a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorece a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos.
PELC Vida Saudável	Seguindo a proposta do PELC, o Programa Vida Saudável se diferencia por beneficiar preferencialmente os idosos. Nesse sentido, visa oportunizar a prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer para o cidadão idoso, estimulando a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direitos de todos.

Fonte: Ministério dos Esportes (<http://www.esporte.gov.br/index.php/estadosmunicipios>).

Já para o estado do Rio de Janeiro, a finalidade e competência de formular, coordenar, executar e promover atividades esportivas são da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude (SEELJE⁵). “A missão da pasta é promover a inclusão social por intermédio do esporte, do lazer e da juventude [incorporado à Secretaria em janeiro de 2015], mecanismos que são fundamentais para o crescimento do indivíduo e, principalmente, na formação da cidadania. As estratégias incluem a gestão, a infraestrutura e a promoção de ações associadas ao esporte que sustentem a premissa

⁵Secretária de Estado de Esporte, Lazer e Juventude. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seelje/listaconteudo?search-type=projeto programas&secretaria=/seelje>>. Acessado em: 20/04/2016.

que o Estado se torne referência na gestão sustentável do esporte”. Os principais programas vigentes estão expostos no Quadro 2.

Quadro 2 – Principais programas e ações desenvolvidos pela SEELJE

Programa ou Ação	Comentário
Esporte RJ	Destina-se à prática esportiva e de lazer e é voltado para crianças e jovens, além da terceira idade. A expectativa da pasta é que, em setembro deste ano, o projeto seja ampliado, totalizando 400 núcleos em todo o Rio de Janeiro.
Jogando Junto com o Ídolo e Jogando Junto com o Ídolo II	Sem informações disponíveis.
Academia nas UPPs/Profissionais e Academia nas UPPs/ Estágio	Sem informações disponíveis.
Programa Jogando Junto	Sem informações disponíveis.
Chamamento Público – Convênios	Sem informações disponíveis.
I Copa UPP	A I Copa UPP tem por objetivo promover a maior integração entre o Governo do Estado do Rio e as comunidades pacificadas. Mais do que uma competição esportiva, a Copa UPP é resultado do investimento social que a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude vêm proporcionando aos moradores do Estado. Todos já são campeões e o maior prêmio é a pacificação
Guia Jovem Consumidor	Sem informações disponíveis.
Programa Mais Esporte	O programa ‘Mais Esporte’ vai atender uma das maiores demandas de atletas e paratletas brasileiros: o custeio do transporte para competições. Na forma de concessão de passagens aéreas ou terrestres, o projeto busca aumentar a participação de atletas em torneios estaduais, nacionais e internacionais.
Programa Segundo Tempo/ Profissionais; e, Programa Segundo Tempo/ Estágio.	Sem informações disponíveis.
Centro de Referência da Juventude (CRJ)	Os Centros de Referência da Juventude (CRJ) têm como objetivo apresentar novas perspectivas de futuro para a juventude através de inclusão social de jovens de comunidades em situação de risco social. As comunidades da Cidade de Deus, na Zona Oeste, Mangueiras, Jacarezinho, Complexo do Alemão e Paciência, todas na Zona Norte do Rio, Cantagalo, na Zona Sul, abrigam sedes do CRJs.
Escolinha de Futebol e Cidadania Léo Moura	Com o objetivo de aproveitar a imagem positiva de grandes ídolos do esporte, a Secretaria firmou a parceria com atletas de renome para a criação das escolinhas. Com 24 núcleos em 15 municípios do estado a Escolinha de Futebol e Cidadania Léo Moura promove o esporte como inclusão social e, oferece ainda, noções de ética e cidadania.
Caminho Melhor Jovem (CMJ)	O Caminho Melhor Jovem é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e visa inclusão social e oferta de oportunidades para jovens de 15 a 29 anos, moradores de territórios com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) ou em processo de pacificação.

Fonte: SEELJE. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seelje/listaconteudo?search-type=projetoeprogramas&secretaria=/seelje>>.

Antes de entrar em aspectos do campo de pesquisa, de forma mais definitiva, e por se tratar de um tema com uma escassa produção bibliográfica, bem como com um tratamento de dados e informações, ainda incipiente, vale destacar os resultados de um trabalho efetuado pelo SEBRAE/RJ, sobre as iniciativas neste setor para a Região

Serrana. Este levantamento foi efetuado no bojo das iniciativas do governo Estadual no ano das Olimpíadas do Rio de Janeiro.

IV - Programa Lidera Rio nos Esportes

O programa Lidera Rio nos Esportes é um projeto organizado pelo SEBRAE/RJ, em parceria com o Ministério do Esporte, a Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude e o Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro. De acordo com o SEBRAE (2015), o Programa Lidera Rio nos Esportes “visa estimular os municípios fluminenses a adotarem programas e políticas municipais ligados ao esporte, para o desenvolvimento das atividades desportivas e das micro e pequenas empresas que atuam no setor”.

Tais iniciativas ocorrem através do fortalecimento do papel dos gestores públicos municipais como agentes de transformação da sociedade e estímulo das lideranças empresariais, o programa tem como objetivo de promover o desenvolvimento integrado e sustentável, na geração de emprego e renda por meio do fomento da “cadeia produtiva do esporte, aproveitando o potencial econômico dos eventos esportivos para fortalecer as micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais (MEIs) que atuam no setor” (SEBRAE, 2015).

O projeto foi executado em 12 cidades do Estado do Rio de Janeiro, cada uma representando uma respectiva região. Em cada uma dessas cidades o trabalho foi realizado com uma metodologia diferente, através das possibilidades, potencialidades e especificidades de cada região. Tendo em vista o recorte deste trabalho, apresentaremos aqui, parte do projeto desenvolvido nesse programa nas regiões Serrana 1 e Serrana 2.

O SEBRAE/RJ, o Ministério do Esporte, a Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude e o Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Rio de Janeiro englobaram na Região Serrana 1 as respectivas cidades: Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sumidouro e Trajano de Moraes. Faz-se necessário brevemente comentar que o município de Cachoeiras de Macacu não foi considerado para fins desse trabalho acadêmico, já que a mesma faz parte da Região Metropolitana desde 2003, com a aprovação da Lei Complementar Estadual 158/13.

Por sua vez, a Região Serrana 2 englobou as cidades: Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis. Nessas três cidades foram realizadas diversas reuniões com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de projetos comuns as três cidades para desenvolver as potencialidades da região. De acordo com o Secretário do Município de São José do Vale do Rio Preto, as reuniões promoveram discussões relacionadas a incentivar o surgimento de projetos como Ciclismo e Esportes Radicais com circuitos que envolvam as três cidades.

Entretanto, na Região Serrana 1, o Projeto teve uma abordagem diferente resultando em um Calendário Regional de Esportes e um Diagnóstico de Informações, ambos apresentados em abril de 2016. Esse material foi produzido pelos consultores do SEBRAE em parceria com os Secretários de Esporte e voluntários ligados ao tema.

O Diagnóstico “é composto por um panorama completo do esporte em cada município, as modalidades mais praticadas, o número de pessoas adeptas, a quantidade de equipamentos contemplados para as atividades, entre outros”, o objetivo do projeto é o apóio a “todos aqueles que promovem eventos esportivos a nível regional a fim de facilitar a organização e divulgação dos mesmos” (NOVA FRIBURGO, 2016, p.1), colaborando assim, para que os eventos ocorram através do planejamento estratégico.

O Secretário de Esportes de Nova Friburgo comentou que o objetivo desse material é descobrir os potenciais e características dessa região, possibilitando a potencializar o esporte através do planejamento e movimentar a economia e turismo da região. Entretanto, o Secretário de Sumidouro alerta sobre as dificuldades de realização de projetos permanentes, principalmente, pelo governo do Estado. Segundo ele, o Lidera Rio teve pelo menos três desdobramentos desde o primeiro encontro, que resultou numa evasão de alguns municípios participantes.

CAPÍTULO III

DIAGNÓSTICO DA POLÍTICA DE ESPORTE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA

I - Características Gerais

Este capítulo traz a tabulação e análise dos dados das entrevistas realizadas com os gestores municipais, entre os dias 03 de fevereiro e 01 de março de 2016, em onze cidades da Região Serrana, conforme explicado anteriormente. Os quadros e tabelas a seguir foram desenvolvidos a partir desses dados considerando as respostas e percepções dos entrevistados, na tentativa de abordar um quadro geral das principais informações relacionadas ao esporte nessa região.

A Tabela 4 foi produzida com o intuito de observar a existência de Secretarias específicas de Esporte na Região e deve ser analisada concomitantemente com Quadro 3 que traz as respostas dos gestores em relação a formulação das políticas públicas de esporte.

Tabela 4 – Características das Secretarias de Esporte da Região Serrana (em 2016)

Municípios	Secretaria de Esporte	Aglomerada	Secretário	Coordenador ou Assessor de Esporte
Bom Jardim	Não	Secretaria de Turismo, Esporte, Cultura e Lazer	Décio Luiz Frerie	Joubert Alves da Silva
Cantagalo	Não	Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte, Certames e Lazer	Jorge Braz Cardoso Ferreira	Manoel Eurico Miranda da Silva
Carmo	Secretaria de Esporte e Lazer	-	Hudson Raposo Curty	-
Cordeiro	Secretaria de Esporte e Lazer	-	Fanny Maria Moulin Cler	-
Duas Barras	Secretaria de Esporte e Lazer	-	Francisco José Vasconcellos Junior	-
Macuco	Secretaria de Esporte e Lazer	-	Diogo Latini Rodrigues	-
Nova Friburgo	Secretaria de Esporte e Lazer e Políticas Públicas para Juventude	-	Raul Marcus Pires Gonçalves	-
Petrópolis	Secretaria de Esportes e Lazer	-	Renato Freixiela de Oliveira	-
Santa Maria Madalena	Não	Secretaria de Educação, Esporte e Cultura	Nestor Luiz Cardoso Lopes	Diamantino Silveira Motta
São José do Vale do Rio Preto	Não	Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer	João Carlos Rabello	-
São Sebastião do Alto	Secretaria de Esporte e Lazer	-	Eli Pinto Lopes	-
Sumidouro	Não	Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura	Ieda Mara	Ronaldo Souza Gripp
Teresópolis	Secretaria de Esportes e Lazer	-	Demerval Casemiro	-
Trajano de Moraes	Não	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	Rosseline Almeida de Carvalho	

Fonte: Elaboração Própria a partir das informações disponíveis nos sites municipais. (Até Março/2016).

Quadro 3 – Formulação e Planejamento das Políticas Públicas de Esporte (em 2016)

Municípios	Formulação e Planejamento das Políticas Públicas de Esporte, pela perspectiva dos entrevistados
Bom Jardim	As três coordenadorias trabalham em conjunto. As políticas públicas são baseadas em eventos pré-determinados como os Campeonatos Municipais, a Copa da Amizade e o Intercolegial. Mas existe muita dificuldade diante da desvalorização do esporte, principalmente no interior e pela falta de visão de que é preciso investir em prevenção de doenças através da prática da atividade física.
Cantagalo	O planejamento é feito junto com os outros Departamentos da Secretaria, sendo que cada setor tem a sua verba destinada. A formulação das políticas públicas é baseada no Calendário Municipal de Esportes que possui eventos já pré-determinados, como os Campeonatos Municipais de Futebol e Futsal e as Olimpíadas Escolares.
Carmo	As políticas públicas são formuladas a partir do Calendário Municipal de Esportes, criado pelo Secretário em 2014, com uma média de 27 eventos anuais.
Cordeiro	A formulação das políticas públicas ocorre a partir de conversas e planejamentos que ocorrem dentro da própria Secretaria. Baseia-se também em eventos anuais como o Campeonato Municipal de Campo e o Campeonato Society Máster e Society Adulto.
Duas Barras	A política pública ocorre de uma maneira mais informal, voltada para ações relacionadas ao Futebol, que é o esporte com grande apelo no município, sendo que todas as atividades que são planejadas para serem realizadas no primeiro distrito (Duas Barras) também são replicadas no segundo distrito (Monnerat).
Macuco	A formulação das políticas públicas ocorre baseada no Calendário Municipal de Esportes que possui uma faixa anual de 60 eventos esportivos e 13 projetos divididos em 15 modalidades esportivas. O trabalho da Secretaria é voltado para atender a todas as faixas etárias, inclusive os portadores de necessidades especiais.
Nova Friburgo	O planejamento esportivo anual é realizado em conjunto pelo Conselho Municipal de Esportes e pela Secretaria, sendo realizadas reuniões mensais. Está sendo construído um Calendário Municipal de Esportes. Durante esse processo de construção segue-se o padrão do calendário anterior, sendo priorizadas parcerias com quem já produz eventos e iniciativas esportivas no dia-a-dia da cidade.
Petrópolis	O planejamento esportivo é realizado através de ampla discussão entre o Conselho Municipal de Esportes e a Secretaria.
Santa Maria Madalena	Não existe uma política pública definitiva voltada para o Esporte, todas as ações esportivas são baseadas na demanda da sociedade, onde a Secretaria presta auxílio disponibilizando espaço físico, transporte, ambulância, funcionários. O único Calendário Esportivo Definitivo é vinculado a Educação no tocante dos Jogos Estudantis, além da Escolinha de Futebol que existe no Município. Isso acontece pelo esporte ser departamento e estar vinculado à educação, que é prioridade da Secretaria.
São José do Vale do Rio Preto	É uma cidade caracterizada pelo investimento no Turismo, dessa forma, já existia um Calendário Municipal de Eventos Festivos e agora está sendo implementado um Calendário Municipal de Esporte e Lazer. Foi desenvolvido um Planejamento Estratégico para o Biênio 2015-2016, utilizando o Esporte como um instrumento que poderia proporcionar condições de atrair ainda mais o Turismo, então, esse produto passou a ser o Esporte de Aventura, que é o principal objeto de investimento da Secretaria.
Sumidouro	O Esporte é uma coordenadoria ligada à Secretaria de Educação, dessa forma, alguns eventos ocorrem de maneira sazonal, dependem das condições financeiras do município, da disponibilização de verbas e da autorização da Secretaria. Mas existem eventos pré-determinados, como os Jogos Estudantis, alguns Campeonatos na área do Futebol e a Escolinha de Futebol.

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios.

Nos quatorze municípios da Região Serrana, existem oito Secretarias de Esporte e Lazer, sendo que os outros departamentos de Esporte estão inseridos em cinco pastas diferentes, vinculados às áreas como Turismo, Cultura, Educação, Comércio, Indústria e Certames. Os órgãos de gestão de políticas públicas de esporte variam entre Secretarias,

Departamentos e Assessorias, sendo que boa parte das Secretarias receberam essa denominação há pouco tempo.

Dessa forma, não variam apenas em nomenclatura, mas em grau de autonomia administrativa e financeira. Dependendo da pasta em que estão inseridos, o Esporte é relegado em detrimento das outras áreas da secretaria. Na maioria dos casos, o repasse não é feito diretamente para o “setor” de esporte, além de depender do repasse financeiro do Poder Executivo, também dependem do repasse da Secretaria para este setor.

A falta de um órgão específico que trate dos problemas e demandas do esporte no município reflete em uma fragilidade organizacional, marcada também pela falta de planos de governo esportivos. Afinal, “como não há planejamento, a gestão pública fica completamente comprometida, promovendo ações de maneira aleatórias e eventuais, sem uma definição de direção.” Com efeito, “Esta falta de direção mostra a verdadeira lacuna existente entre a definição conceitual desta área de conhecimento e a estrutura administrativa das Prefeituras.” (MEZZADRI, 2007, p.09).

Nos municípios entrevistados existem eventos pré-determinados e a ideia do Calendário de Esportes, contendo pelo menos os eventos que normalmente acontecem todo ano, está sendo cada vez mais disseminada. Dos gestores entrevistados, 45,4% utilizam-se desse instrumento em seus municípios.

Entretanto, apesar do Calendário de Esporte ser um instrumento que traz avanços na ideia de planejamento, os planos de governos municipais relacionados ao esporte ainda são carentes. A principal dificuldade ainda se encontra na falta ou no pequeno grau de autonomia financeira dos Órgãos de Gestão do Esporte, que fazem esse “pré-planejamento” não ser concretizado.

Dessa forma, mesmo quando existe um prévio planejamento, com a utilização do Calendário de Esportes, os acontecimentos e ações vinculados a essa área ainda acabam acontecendo de maneira aleatória, por iniciativas isoladas. Adicionalmente, há a questão dos recursos financeiros e, em boa medida, o esporte acaba, na maioria das vezes, dependendo sempre do repasse de verbas, cujo aporte de recursos é imprevisível, tanto em tempo quanto em quantidade.

Segundo a Secretária do município de Cordeiro, a carência de investimentos duradouros foi uma realidade encontrada ao assumir o cargo. Segundo a mesma, o município ficou seis anos sem atividade esportiva, por isso, os equipamentos públicos

esportivos estão em estado precário, a própria sede da Secretaria teve que ser transferida para outro local.

“Dentro da Gestão Pública, ausência de um plano de governo para que as coisas aconteçam de forma planejada e comprometida em relação a sociedade, faz com que a população fique alheia aos acontecimentos e ações realizadas de maneira eventuais e aleatória [...]” (MIGUEL, STAREPRAVO, 2008, p.7).

De acordo com as entrevistas realizadas nos municípios, percebeu-se que é quase unânime o reforço de todos os secretários de diferenciar orçamento de recurso financeiro. O recurso financeiro que é utilizado pelos órgãos de gestão é bem menor que o orçamento previsto repassado e por essa razão, na maioria dos casos, o orçamento nunca é utilizado na sua totalidade. Ou seja, se há uma carência de recursos para esta política, há também um descompasso na gestão pública que, como se observou, não define previamente um planejamento das ações e gastos no setor, o que por sua vez, reflete na “perda recursos orçamentários”.

Outro problema é que normalmente a verba disponibilizada para as Secretarias é quase que totalmente utilizada para o pagamento de funcionários. Portanto, são gastos com pessoal e não na atividade fim, que é a política de esporte. Tal questão pode ser evidenciada na fala de um Assessor da prefeitura de Cantagalo, ao comentar que a maior parte da verba é utilizada para pagamento de salários e manutenção das estruturas, sendo que para realização de eventos e ações sobre uma quantia financeira muito pequena.

As dificuldades percebidas são evidências na quantidade de ações desenvolvidas em cada município. Nesse sentido, o Quadro 4 traz os comentários dos gestores em relação as principais iniciativas de estímulo ao esporte nos municípios, ou seja, os eventos e ações realizados pelo setor público.

Quadro 4 - Iniciativas de Estímulo ao Esporte nos Municípios (em 2016)

Municípios	Iniciativas de estímulo ao esporte nos municípios, pela perspectiva dos entrevistados
Bom Jardim	Eventos como o Campeonato Municipal de Futebol, Copa da Amizade, Torneio de Vôlei e de outras modalidades. Também é promovido os Jogos Escolares em categorias como Futebol, Vôlei e Handebol, além da Ginástica da Terceira Idade.
Cantagalo	Eventos como o Campeonato Municipal de Futebol, Campeonato Municipal de Futsal, Maratonas, Campeonato de Bairros (Distrito de Euclidelândia), Campeonato de Karatê, Torneio de Badminton, Torneio de Futsal Feminino, Projeto Ginástica da Terceira Idade, Projeto Esporte nas Férias (Distritos de Boa Sorte, Euclidelândia e Santa Rita da Floresta), Projeto Esportes de Verão, Dia do Desafio, entre outros. Os Ginásios também ficam abertos diariamente para utilização da população. As Olimpíadas Escolares que envolvem 14 escolas do município, das redes particular, estadual e municipal, em várias modalidades, como: Futsal, Atletismo, Peteca, Vôlei de Quadra e de Área, Tênis de Mesa, Handebol, Xadrez, Cabo de Guerra, Queimada, Futevôlei.
Carmo	Possui um Calendário composto por 27 eventos, entre eles: Corrida Rústica do Carmo, Evento de MMA e Artes Marciais ao ar livre na praça, Jogos de Areia (Vôlei, Peteca e Futevôlei), Campeonato de Futebol, Campeonato de Futsal, Copa Aberta de Futsal, Jogos de Handebol e os Jogos Estudantis (Futebol, Atletismo, Handebol). Também adquiriu-se uma Vana partir de uma doação de outra Secretaria.
Cordeiro	Anualmente são realizados eventos como o Campeonato Municipal de Campo, Campeonato Society Máster e Society Adulto. Existe um Projeto de Ginástica para Terceira Idade. A Quadra de Esportes possui um funcionário que deixa o espaço aberto disponibilizando para o uso da população. Iniciou-se um Projeto de Escolinhas de Vôlei, Futsal e Handebol, mas apenas o Futsal teve continuidade diante da falta de participação da população. Os Jogos Escolares do Município de Cordeiro (JEMC) ficaram inativos durante seis anos e não foram retomados diante da dificuldade das crianças apresentarem o atestado médico.
Duas Barras	As ações esportivas são voltadas para o futebol, existem duas Escolinhas, uma que atende Duas Barras e a outra que atende ao segundo distrito, Monnerat. O Futebol de Adulto também é conduzido pela Secretaria, que ficou responsável pelos Clubes Bibarrense e Monnerat, assim como o Campeonato Municipal de Futebol de Adulto que acontece anualmente. Já os eventos ligados a outras modalidades como Parapente, Bike e Skate, normalmente, são fomentados pela Secretaria de Turismo.
Macuco	São realizados 13 projetos divididos em 15 modalidades esportivas, por exemplo: Futebol, Futsal, Voleibol, Handebol, Basquete, Natação, JiuJitsu, Karate, Capoeira, King Box, Ginástica Olímpica, Atletismo, Hidroginástica, Ginástica da Terceira Idade, Esporte Adaptado, que é para as crianças portadoras de necessidade especial. Os números de vagas dos projetos conseguem atender com facilidade toda a população. E também é realizada uma faixa anual de 60 eventos esportivos, por exemplo: a Corrida Rústica de São João Batista, Trilha de São João Batista, Campeonato Calcário de Escolinhas de Futebol, Jogos Escolares, Campeonato Municipal de Futebol, Dia do Desafio, Bike Trilha de Macuco, Colônia de Férias e o Projeto Nadar Feliz.
Nova Friburgo	Os principais Projetos são: Escolinhas que atendem comunidades mais carentes e envolvem Basquete, Futebol Society e Futebol de Campo; e, o Projeto Acertando Passos, em que profissionais ficam em pontos estratégicos da cidade fazendo o acompanhamento das pessoas que praticam atividade física na rua, principalmente a caminhada. Esses profissionais monitoram a pressão e glicemia, dão orientações às práticas esportivas, assim como dicas de aquecimento e alongamento. Também existe um trabalho com a Terceira Idade que ocorre em parceria com a Secretaria de Assistência Social. O município conta com vários eventos, como: Jogos Universitários (Universidades Públicas e Privadas), Jogos Estudantis das Escolas Municipais (em diversas modalidades, como: Futebol, Basquete, Handebol, Vôlei, Atletismo), Dia do Desafio, Dia do Idoso.

Quadro 4 - Iniciativas de Estímulo ao Esporte nos Municípios (em 2016) (Continuação)

Petrópolis	<p>Existem dois eventos macros no calendário: Jogos das Escolas Municipais e Jogos Estudantis de Petrópolis (redes municipal, estadual e particular), são os jogos mais longínquos do Brasil, é o 52º ano. Esses dois eventos envolvem um investimento de quase um terço do orçamento total, sendo que os Jogos Estudantis contam com a participação de mais de 4 mil estudantes.</p> <p>Outro investimento é o Programa chamado Copa das Comunidades, que é um programa social de inclusão da população de bairros mais carentes. As equipes são assistidas e treinadas, com material e profissionais, o ano todo nas modalidades: Futebol Society, Futebol Feminino, Judô, Jiu-jitsu, Capoeira, Xadrez. Outra iniciativa de inclusão do município é o Projeto que trabalha com o Paradesporto, que já está sendo reconhecido a nível estadual.</p> <p>Devido à dificuldade de áreas livres na cidade e a necessidade de se reinventar nesse sentido, todo domingo a Avenida Barão de Rio Branco fica com meia pista fechada para disponibilizar um espaço para a população realizar atividades físicas. Além do comprometimento da cidade em promover eventos ao ar livre. Por isso possui um calendário voltado notadamente na questão da Corrida de Rua, com 25 eventos na área, inclusive a Corrida do Palácio Amarelo, que representa a Câmara dos Vereadores, e em seu trajeto passa pelas antigas sedes do legislativo.</p>
Santa Maria Madalena	<p>A principal atividade é os Jogos Escolares, que atendem modalidades como Atletismo, Corrida, Vôlei, Futebol. O município possui uma Escolinha de Futebol que atende crianças e jovens da Rede Municipal e eventos ligados a área, como Campeonato Municipal e Torneios de Bairros. Ocorrem atividades ligadas ao Ciclismo e Motociclismo, mas estão vinculadas à Secretaria de Turismo.</p> <p>Também existe a tentativa de efetivar um convênio com a Federação de Karate do Estado do Rio de Janeiro para oferecer essa prática à população.</p>
São José do Vale do Rio Preto	<p>No ano de 2015 foram realizadas 56 atividades relacionadas ao Turismo, Esporte e Lazer. Na área do Esporte as iniciativas são voltadas para o Esporte de Aventura envolvendo várias atividades, como: 4 Trilhões de Moto, Trekking, Corridas de Montanha, Corridas de Rua, Corrida Noturna, Circuito Valeriopretano de Mountain Bike com apoio do Grupo Pedal, Encontro de Trike, Copa de Velocross, Velocross Noturno, entre outras.</p> <p>Projeto Brincadeira de Criança (Lazer), Projeto Mais Esporte Mais Vida, realizado com crianças e adolescentes nas modalidades Futsal, Handebol e Voleibol masculino e feminino, Projeto Futsal Feminino e Torneio Intermunicipal de Futsal Feminino, Copa Municipal de Futebol da Juventude, Copa Municipal de Futebol de Adulto, Copa de Veteranos, Copa de Futsal dos Servidores Públicos, apoio ao Esporte Clube Rio Preto, entre outros. O Estádio e o Ginásio Municipal ficam abertos para utilização da população e a Secretaria tem um controle dos horários de uso. Também existe um Projeto de implementar o Arvorismo, Tirolesa e Rapel, com o auxílio do atleta Geovane Rento.</p>
Sumidouro	<p>As ações esportivas são principalmente voltadas para o Futebol, como a Escola Municipal de Futebol que atende crianças e adolescentes, o Campeonato de Futsal e Campeonato de Futebol de Campo (Mirim, Infantil, Juvenil e Adulto). Outros eventos que acontecem de maneira esporádica são: Festival do Dia do Trabalhador, Copa Comércio e Indústria, com parceria do comércio.</p> <p>Também é realizado os Jogos Estudantis que possuem modalidades como: Futebol, Futevôlei, Vôlei, Handebol, Atletismo, Queimada, Tênis de Mesa, entre outros. No município é realizado um trabalho com a Terceira Idade, porém está ligado à Secretaria de Assistência Social.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios.

O Quadro 5 está relacionado ao quadro anterior, e também engloba as ações realizadas relacionados ao esporte. Entretanto, considera as ações do setor público que envolva parcerias, apoios e patrocínios.

Para Martins e Melo (2009) é imprescindível a existência de “predisposição e preocupação com formas variadas de parcerias com outros setores da iniciativa privada no sentido de alocar recursos necessários ao cumprimento das etapas dos projetos para as quais não existem formas de controle e acompanhamento.” (p.10).

Quadro 5 - Parcerias, Apoios e Patrocínios (em 2016)

Municípios	Parcerias, apoios, patrocínios, de acordo com os entrevistados
Bom Jardim	No município existe a Escolinha do Léo Moura, em parceria com o Governo do Estado, que atende em torno de 450 crianças. Através desse projeto foram contratados: 2 professores de educação física e 3 estagiárias. Em algumas competições isoladas existe o apoio de empresas e comércio local.
Cantagalo	Existem parceiras como a Copa do Comércio desenvolvida com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cantagalo (ACIACAN), o Campeonato Calcário com Cantagalo Esporte Clube, Projeto Lazer Pra Você com o SESC de Nova Friburgo. A Escolinha de Futebol em parceria com Alex Coelho (Conselho Tutelar) que oferece treinos gratuitos no Ginásio de Esportes. Existia uma parceria com a Votorantim que atendia crianças no bairro São José e no distrito de Euclidelândia, com disponibilização de alimentação, material e profissionais de Assistência Social. Entretanto, segundo as informações prestadas pela Votorantim para a Secretaria, o Ministério do Esporte não renovou o projeto. Existiam parcerias com o Governo do Estado para contratação de profissionais para trabalhar com as crianças, mas, no momento, não há repasse de verba ou parceria com os governos estadual e federal.
Carmo	Em 2015 foram realizados três grandes eventos através de lei federal de incentivo ao esporte com o comércio, sem gerar ônus para o município. Também existe o Programa Segundo Tempo e foi aprovado o Programa Vida Saudável, ambos do Governo Federal, para atender a Terceira Idade nas Academias ao Ar Livre. Vão ser atendidos 600 idosos e investidos 470 mil reais no município ao longo de 2 anos, previsto para iniciar em março de 2016 e vai atender ao público em horários programados nas Academias Ao Ar Livre. Está em fase de aprovação o Programa Esporte e Lazer nas Cidades (PELC), também do Governo Federal, que atende todas as idades, na expectativa de desenvolver a capacidade esportiva principalmente das crianças. Também possui o Projeto Colônia de Férias, além do apoio ao Carmense, que desenvolve um trabalho social com as crianças.
Cordeiro	Um Projeto da Secretaria foi selecionado no Programa Jogando Junto, do Governo Estadual, no valor de R\$ 100 mil para abrir Escolinhas nos bairros mais carentes, entretanto, o município de Cordeiro está em débito com a União, então não existe previsão de quando será liberado o repasse do dinheiro.
Duas Barras	Atualmente não existe nenhuma verba ou parceria com os Governos Estadual e Federal. Existiu uma parceria, há alguns anos, com o time do Vasco, mas o retorno foi considerado insatisfatório em comparação com o subsídio dado pela Prefeitura.
Macuco	O município possui, tanto, projetos com recursos municipais, como parceria com o Governo do Estado e um projeto em parceria com empresa privada. As outras empresas e o comércio da cidade patrocinam eventos apenas esporadicamente. Existe a Escolinha de Futebol Léo Moura, em parceria com o Governo do Estado, e já são atendidas quase 400 crianças. E o município também está cadastrado no Programa Jogando Junto, que é um convênio estadual. Ele está sendo renovado e quando o repasse for liberado, vai ser priorizada a reforma do ginásio poliesportivo.
Nova Friburgo	Existe o Projeto Domingo de Lazer em parceria com o Curso de Educação Física da Universidade Estácio de Sá, onde todo domingo bloqueia-se a passagem de carros de um determinado bairro para o espaço ser utilizado para a prática esportiva. Também existem parcerias com a Universidade Cândido Mendes, Universidade Federal Fluminense, Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), FIRJAN, SEBRAE, SESC. A Secretaria sempre apoia quem promove atividades esportivas durante o ano, como: Copa Taekwondo, Eventos de Corrida, Supercopa SAF, Copa de Jiu-jitsu, Campeonatos de Futebol, Copa de Judô, Copa de Boxe Tailandês, apoio logístico ao Friburguense Atlético Clube, entre outros. Em 2015 foram realizados seminários, com o apoio da SUDERJ, para orientar as empresas e seus contadores sobre a Lei de Incentivo ao Esporte, entretanto, poucas empresas se utilizam dessa lei no município.
Petrópolis	O município possui dois Programas do Governo Federal: o Segundo Tempo, que atende em torno de 300 crianças divididas em 3 grupos; e, o Esporte e Lazer nas Cidades (PELC), que está sendo incrementado e instalado para atender a população com atividades como: Handebol, Basquete, Futebol, Voleibol, Futsal, Corrida. O PELC vai atender 400 pessoas de 7 a 90 anos, com várias atividades e modalidades, como: Dança, Handebol, Basquete, Voleibol, Futsal, Futebol, Corrida, entre outros. A Secretaria não possui nenhuma verba ou parceria com o Governo do Estado.

Quadro 5 - Parcerias, Apoios e Patrocínios (em 2016) (Continuação)

Santa Maria Madalena	A Secretaria está tentando efetivar um Convênio com a Federação de Karate do Estado do Rio de Janeiro. Caso efetivado existirá um repasse mensal da Secretaria e a Federação irá contratar dois professores para ministrar aulas semanais de Karate no município. O apoio de empresas ocorre de maneira esporádica, porque o comércio municipal é pequeno. E não existe, no momento, nenhuma verba estadual, apenas verbas federais para construção de suporte de equipamento.
São José do Vale do Rio Preto	No ano de 2015 foi realizada uma parceria com o Conselho Regional de Educação Física (CREF-RJ) que disponibilizou um Posto Itinerante para regularizações de documentos e cursos de capacitações para profissionais de Educação Física da região. O Programa Jogando Junto do Governo do Estado aprovou em 1º lugar um Projeto da Secretaria chamado Juntos Pelo Esporte que vai implantar dois núcleos esportivos com profissionais capacitados visando atender o Paradesporto. Está previsto um repasse de 100 mil reais do Estado com uma contrapartida de 30 mil do município. Também existem diálogos, mais ainda em fase embrionária, com a Federação de transformar o município em um núcleo de treinamento de Corrida de Aventura.
Sumidouro	O apoio do comércio ocorre de forma “acanhada e esporádica”. Não existe nenhum tipo de verba ou parceria com os Governos Estadual ou Federal, o município apenas participa de projetos como Rio2016.

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios.

Apenas cinco gestores mencionam que seus municípios possuem ou estão desenvolvendo projetos em busca de parcerias com a Secretaria de Esporte do Estado. No caso do Governo Federal o número é ainda menor, apenas dois municípios possuem projetos federais. A participação do setor privado também é escassa.

Alguns gestores justificaram a falta de repasses estaduais ou federais, por estes exigirem que o esporte pertença a um órgão próprio. Entretanto, de acordo com o Decreto Federal nº 7.984 (BRASIL, 2013) que regulamenta a Lei Federal nº 9.615 (BRASIL, 1998) e institui normas gerais sobre o desporto, isto não é um empecilho para destinação dos recursos aos entes federados. E ainda prevê que “um terço dos recursos previstos na lei 9.515/1998 deve ser repassado às Secretarias de Esporte dos Estados e do Distrito Federal ou, se inexistentes, a órgãos ou entidades com atribuições semelhantes” (BRASIL, 2013).

Este tema foi abordado pelo Secretário do município do Carmo, que disse ser imprescindível buscar parcerias e convênios com os governos estaduais e federais, pois o seu município não possui empresas de grande porte e com condições de investir no esporte. O Secretário do município de Nova Friburgo, também enfatiza a importância de procurar convênios e parcerias estaduais e federais, entretanto, adverte que em momentos, como o atual, de crise econômica, o esporte e áreas afins são os primeiros a sofrer cortes no orçamento.

II - Público Alvo das Políticas Públicas de Esporte

A Tabela 5 tem o intuito de demonstrar essa dificuldade de acesso ao esporte. Foi elaborada com base nas estimativas dadas pelos gestores municipais entrevistados e não estão nem perto de atingir um patamar considerável.

Tabela 5 – Público Alvo e Estimativa do Número de Pessoas Atendidas

Município	Público Alvo	Estimativa do número de pessoas atendidas
Bom Jardim	Crianças, Adolescentes e Idosos	650
Cantagalo	Crianças, Adolescentes, Adultos e Idosos	2.000
Carmo	Crianças, Adolescentes, Adultos e Idosos	4.000
Cordeiro	Crianças, Adolescentes, Adultos e Idosos	200
Duas Barras	Crianças e Adultos	400
Macuco	Crianças, Adolescentes, Adultos e Idosos, inclusive Portadores de Necessidades Especiais	8.500
Nova Friburgo	Crianças, Adolescentes e Idosos	25.000
Petrópolis	Crianças, Adolescentes e Adultos (Comunidades mais carentes), inclusive Portadores de Necessidades Especiais	20.000
Santa Maria Madalena	Crianças	300
São José do Vale do Rio Preto	Crianças, Adolescentes, Adultos e Idosos	4.000
Sumidouro	Crianças, Adolescentes e Adultos	300

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios.

Os números da tabela acima foram uma estimativa dada pelos gestores entrevistados, eles consideram não só os programas que ocorrem de maneira contínua, mas também os eventos esportivos. Nessa estimativa, o número total de pessoas atendidas é de 65.350 pessoas atendidas, dessa forma, aproximadamente apenas 10,5 % da população está sendo contemplada com políticas públicas de esporte.

Miguel e Starepravo (2008) definem que o objetivo de uma política pública de esporte e lazer é o acesso de todas as faixas de idade da população às atividades esportivas e de lazer, assim como a disponibilização dos espaços patrimoniais e naturais existentes nas cidades. Saldanha Filho (2003) também evidencia a importância da inclusão social e todas as faixas etárias da população.

Em um cenário em que apenas 10,5 % da população tem acesso às políticas públicas de esporte, não é difícil imaginar que as políticas de acesso às pessoas com necessidades especiais são ainda mais escassas. Os únicos municípios que oferecem algum projeto voltado para atender a prática do paradesporto são Macuco e Petrópolis. Além destes, o Secretário do município de São José do Vale do Rio Preto afirmou que

existe um projeto com esta vertente que foi aprovado pelo governo do Estado, mas ainda não ocorreu o repasse financeiro.

III - Política de Esportes *versus* Política de Eventos

O quadro 6 traz informações a respeito dos eventos sediados pelos municípios. Apesar das Políticas de Eventos trazerem visibilidade para o esporte e clamar a população, elas divergem das Políticas Públicas de Esporte, principalmente, no seu caráter imediatista e transitório.

Quadro 6 – Eventos Sediados Pelos Municípios

Municípios	O município já sediou algum evento?
Bom Jardim	Não
Cantagalo	Os Jogos Abertos do Interior (JAI) em 2015 e os Jogos Escolares da Rede Pública (JERP).
Carmo	O Campeonato da InterTV, os Jogos Abertos do Interior (JAI), Campeonato Interligas. Encontro Regional de Capoeira e Karatê.
Cordeiro	O Brasileiro de MuayThai e Kikboxing em 2014 e em 2015.
Duas Barras	A Copa ABS MidiCup de Futebol em 2015.
Macuco	Já sediou eventos regionais e estaduais, competições principalmente de Futebol, mas também Competições Regionais de Karate e Jiu-Jitsu. E existem eventos municipais com âmbito regional, como a Corrida Rústica de São João Batista, a Trilha de São João Batista que envolve mais de 1000 atletas e o Campeonato Calcário de Escolinhas que envolve 8 municípios participantes.
Nova Friburgo	Atletismo Estadual e Nacional em 2015, Ciclismo Estadual. Apoio para o MMA, Artes Marciais, Judô, Taekwondo que participaram a nível estadual. Copa Carioca de Motocross em 2013. Por possuir um representante na Primeira Divisão do Futebol Carioca, Friburguense Atlético Clube, sempre existem competições no município envolvendo o Estado. Embora haja subvenção aprovada na Câmara para apoio financeiro a esse Clube, devido a restrições orçamentárias a Secretaria dá apoio logístico.
Petrópolis	Brasileiro de Mountain Bike em 2015, Brasileiro de Patinação Artística em 2015.
Santa Maria Madalena	Campeonato Estadual de Motocross, Campeonato Regional de Futebol, Campeonato Brasileiro de Ginástica Aeróbica, Eventos Regionais de Voleibol.
São José do Vale do Rio Preto	A Final do Campeonato Brasileiro de Corrida de Aventura em 2015. Sediou o Rapel, Mountain Bike, Canoagem.
Sumidouro	Não, porque a estrutura física do município é precária e não atende as especificações regulamentares, os espaços físicos não atendem as medidas oficiais.

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios.

Um exemplo de política pública nacional de evento esportivo é o Revezamento da Tocha Olímpica - Rio 2016 que ocorreu durante 95 dias e foi sediado por mais de 300 cidades, percorrendo todos os estados e o Distrito Federal. Na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, a Chama Olímpica esteve presente em quatro cidades: Petrópolis (29/07), Teresópolis (30/07), Nova Friburgo (30/07) e Cordeiro (31/07). A passagem da Chama Olímpica em uma cidade é um marco histórico, envolve os

gestores e a população que vivenciam esse momento, entretanto, não se poderia deixar de questionar qual o real legado que um evento como esse vai produzir? Qual benefício efetivo que trará ao esporte municipal?

Para o Secretário do Município de Nova Friburgo, um evento como esse deixa um legado afetivo que vai além das Olimpíadas, cria uma motivação nas crianças e nos jovens que futuramente irá melhorar a qualidade e a importância dada ao esporte.

Por sua vez, para o Secretário do Município de Petrópolis, o resultado já era positivo antes mesmo da realização do evento, pois estava gerando debates e questionamentos sobre o tema com as pessoas ligadas ao esporte. Ele também afirma que pretende realizar Congressos e Fóruns de Discussão após os Jogos Olímpicos.

Devido ao espaço e investimento dado aos eventos esportivos, as políticas públicas ocorrem de maneira inconstante, em detrimento, da realização de políticas públicas concretas. Dessa forma, algumas políticas ficam muito tempo sem continuidade, assim como, há carência de investimentos duradouros.

Eventos mundiais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, podem até trazer legados para o futuro do esporte de um país, talvez tenham a capacidade mudar a cultura da desvalorização do esporte perante os outros direitos. Porém, são expectativas. As realidades das ações esportivas realizadas pelo setor público, principalmente nas cidades pequenas, ainda são privilégios de poucos.

IV - Manifestações do esporte nos municípios pesquisados

O desporto brasileiro, de acordo com o decreto federal nº 7.984 (BRASIL, 2013), abrange práticas formais e não formais, sendo que “a prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto” (BRASIL, 2013) e “a prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes” (BRASIL, 2013). E também passou a ser compreendido por três manifestações: Educacional, Participativa/Lazer e Rendimento.

I - desporto educacional ou esporte-educação, praticado na educação básica e superior e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a competitividade excessiva de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, praticado de modo voluntário, caracterizado pela liberdade lúdica, com a finalidade de contribuir para a integração dos

praticantes na plenitude da vida social, a promoção da saúde e da educação, e a preservação do meio ambiente; e

III - desporto de rendimento, praticado segundo as disposições da Lei nº 9.615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados de superação ou de performance relacionados aos esportes e de integrar pessoas e comunidades do País e de outras nações. (BRASIL, 2013, Art. 2º, § 1º, inciso I, II e III).

Cada uma dessas manifestações exige um “conjunto de atividades, intervenções e demandas de recursos completamente específicos e diferenciados” (GALINDO, 2010, p.7). Neste sentido, “o caminho para a difusão de práticas esportivas baseadas em sentidos e significados diferentes do esporte de alto rendimento, ou seja, não excludentes, menos individualistas e pautados em princípios de alegria, de festa e não de batalha de guerra, não é tarefa fácil, nem menos importante.” (MARTINS, MELO, pp.14-15). A tabela 6 apresenta as principais áreas de manifestação do esporte investidas pelos municípios do ponto de vista dos entrevistados.

Tabela 6 – Principais Áreas de Manifestação do Esporte Investidas pelos Municípios

Município	Principais áreas de manifestação do esporte, na perspectiva dos entrevistados.		
	Educacional	Participativo/Lazer	Rendimento (escolinhas/competições)
Bom Jardim	X	-	-
Cantagalo	X	X	X
Carmo	X	X	X
Cordeiro	-	X	-
Duas Barras	-	-	X
Macuco	X	X	X
Nova Friburgo	X	X	X
Petrópolis	X	-	-
Santa Maria Madalena	X	-	-
São José do Vale do Rio Preto	-	X	-
Sumidouro	-	X	-

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios.

De maneira geral, os municípios não conseguem englobar as três manifestações do esporte. O Esporte Educacional e Participativo/Lazer são considerado áreas de maior investimento na região, ambas aparecendo sete vezes na tabela. Muitas vezes, o esporte de rendimento é compreendido apenas como investimento em escolinhas ou em competições, mesmo assim, apenas quatro gestores afirmam investir em todas as áreas.

Não se pode “atender apenas um determinado segmento, deixando desamparadas as outras dimensões sociais do universo esportivo”. Segundo o autor,

“A elaboração, implementação e controle/avaliação de políticas públicas para o esporte, inevitavelmente esbarra na necessidade de um equilíbrio entre este tripé, pois os insucessos de muitos governos na área do esporte e lazer residem na inobservância deste pequeno detalhe, incidindo na demasiada distorção da função do Estado e comprometendo assim a possibilidade de realizarem ações concretas no sentido de proporcionar um desenvolvimento social equilibrado, sólido e com qualidade” (GALINDO, 2010, p.07).

V - Os profissionais ligados ao esporte

A tabela 7 traz a composição geral dos cargos ligados ao esporte no setor público, entretanto algumas informações são vagas e incompletas, isso demonstra a falta de conhecimento do organograma da própria Secretaria.

Tabela 7 – Características Gerais dos Cargos Ligados ao Esporte

MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CARGOS LIGADOS AO ESPORTE				
	TOTAL DE CARGOS*	TÍTULO	VÍNCULO	FUNÇÃO (Administrativa, Técnica ou Apoio)	FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
Bom Jardim	7	1 Coordenador de Esportes	Comissionado	Administrativa	Sim
		2 Professores de Educação Física	Contratados pela Escolinha Léo Moura	Técnica	Sim
		1 Estagiária	Contratada pela Prefeitura	Administrativa	Cursando
		3 Estagiárias	Contratadas pela Escolinha Léo Moura	Técnica	Cursando
Cantagalo	11	1 Assessor de Esportes	Comissionado	Administrativa/ Técnica	Sim
		1 Auxiliar Administrativo	Comissionado	Administrativa	Não
		1 Professor	Voluntário	Técnica	Sim
		8 Serviços Gerais (Zeladores)	Contratados	Apoio	-
Carmo	14	1 Secretário	Comissionado	Administrativa	Sim
		1 Auxiliar Administrativo	Contratado	Administrativa	Não
		1 Auxiliar de Organização de Eventos	Contratado	Administrativa/ Técnica	Não
		11 Serviços Gerais	Estatutários	Apoio	-
Cordeiro	4	1 Secretária	Comissionada	Administrativa	Formação Incompleta
		1 Subsecretário	Comissionado	Administrativa	Não, mas trabalha como Professor de MuayThai
		1 Diretor de Esportes	Comissionado	Administrativa	Não
		1 Funcionário de Apoio	Contratado	Apoio	-

Tabela 7 – Características Gerais dos Cargos Ligados ao Esporte (Continuação)

MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CARGOS LIGADOS AO ESPORTE				
	TOTAL DE CARGOS*	TÍTULO	VÍNCULO	FUNÇÃO (Administrativa, Técnica ou Apoio)	FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
Duas Barras	11	1 Secretário	Comissionado	Administrativa	Não
		1 Chefe de Divisão de Esportes	Comissionado	Administrativa	
		3 Professores de Educação Física	1 Estatutário, 1 Comissionado e 1 Contratado	Estão lotados no Esporte, mas prestam serviço à Secretaria de Educação	2 Formados e 1 Treinador de Futebol pelo Sindicato
		1 Professor	Estatutário	Técnica	Treinador de Futebol pelo Sindicato
		3 Estagiários	Contratados	Técnica	Cursando
		2 Monitores	Contratados	Técnica	-
Macuco	15	1 Secretário	Comissionado	Administrativa	Sim
		1 Subsecretário	Comissionado	Administrativa	-
		1 Chefe do Setor de Futebol Amador	Comissionado	Técnica	-
		1 Chefe do Setor de Esportes Olímpicos	Comissionado	Técnica	-
		1 Chefe do Setor de Esporte Aquático	Comissionado	Técnica	-
		1 Chefe dos Projetos Esportivos Educacionais	Comissionado	Técnica	-
		1 Secretário Administrativo	Comissionado	Administrativa	-
		1 Auxiliar Administrativo	Estatutário	Administrativa	Não
		3 Auxiliares	Comissionados	Administrativa/ Técnica	-
		1 Professor	Estatutário	Técnica	Sim
		3 Professores	Cedidos pela Secretaria de Educação	Técnica	Sim
Nova Friburgo	17	1 Secretário	Comissionado	Administrativa	Não
		1 Subsecretário	Comissionado	Administrativa	A maioria é formada em Educação Física
		1 Diretor de Área	Comissionado	Administrativa	
		4 Auxiliares Administrativos	Comissionados	Administrativa	
		4 Professores	Contratados	Técnica	
		6 Serviços Gerais	Concursados	Apoio	-

Tabela 7 – Características Gerais dos Cargos Ligados ao Esporte (Continuação)

MUNICÍPIO	CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS CARGOS LIGADOS AO ESPORTE				
	TOTAL DE CARGOS*	TÍTULO	VÍNCULO	FUNÇÃO (Administrativa, Técnica ou Apoio)	FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
Petrópolis	11	1 Secretário	Estatutário	Administrativa	Sim
		1 Agente Administrativo	Estatutário	Administrativa	Não
		1 Subsecretário	Comissionado	Administrativa	80% são formados em Educação Física
		1 Coordenador de Esportes de Rendimento	Comissionado	Administrativa	
		1 Assistente de Esporte de Rendimento	Comissionado	Administrativa	
		1 Coordenador de Esporte Estudantil	Comissionado	Administrativa	
		1 Assistente de Esporte Estudantil	Comissionado	Administrativa	
		1 Coordenador de Esporte Comunitário	Comissionado	Administrativa	
		1 Assistente de Esporte Comunitário	Comissionado	Administrativa	
		1 Coordenador de Paradesporto	Comissionado	Administrativa	
		1 Assistente de Paradesporto	Comissionado	Administrativa	
Santa Maria Madalena	4	1 Coordenador	Comissionado	Técnica	Não, mas é ex-atleta
		1 Diretor da Divisão	Comissionado	Técnica	Não, mas é ex-atleta
		1 Chefe de Secção	Comissionado	Técnica	Sim
		1 Chefe de Setor	Comissionado	Técnica	Sim
São José do Vale do Rio Preto	12	1 Secretário	Comissionado	Administrativa	Não
		1 Diretor de Esportes	Comissionado	Administrativa	Não
		1 Auxiliar Administrativo	Comissionado	Administrativa	Não
		1 Secretário Executivo	Comissionado	Administrativa	Não
		1 Gestor de Projetos	Contratado através do MEI	Técnica	Sim
		1 Elaborador e Organizador de Projetos	Contratado através do MEI	Administrativa	Não
		2 Estagiárias	Contratadas	Técnica	Cursando
1 Atendente, 1 Serviço Geral e 2 Serviço Braçal	Contratados	Apoio	-		
Sumidouro	6	1 Coordenador	Comissionado	Administrativa	Sim
		3 Professores	Concursados	Técnica	Sim
		1 Lavadeira	Contratada	Apoio	-
		1 Serviço Braçal	Deslocado da Secretaria de Obras	Apoio	-

*Nos casos em que o Esporte está vinculado a outras Secretarias, o total de cargos se refere apenas a parte de Esporte e não total da Secretaria.

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios.

Em alguns municípios existem professores e outros profissionais que não são contratados pelas Prefeituras e foram informados apenas os profissionais diretamente ligados à Secretaria. Ou seja, em alguns casos não foram incluídos profissionais de programas e projetos com Parcerias Privadas ou Repasses Federais e Estaduais, como os Programas Segundo Tempo e Escolinha Léo Moura.

Esse é o caso, por exemplo, do Secretário do município de Macuco, que por possuir formação em Educação Física, afirma que há uma valorização do trabalho desses profissionais e por isso todos os seus projetos possuem um Profissional da Área. Entretanto, ele informou apenas os profissionais que estão vinculados diretamente ao organograma da Secretaria.

Por sua vez, em outros municípios existem profissionais que não são formados em Educação Física, mas que trabalham e têm experiência na área e atuam diretamente com a população. Eles apenas têm a prática do desenvolvimento esportivo, são ex-atletas ou professores de alguma modalidade.

Na Tabela 7 destaca-se que a grande maioria dos funcionários não são concursados/estatutários, e, sim, contratados ou ocupam cargos de livre nomeação. Excluindo os 58 cargos de serviços gerais ou braçais e os funcionários cedidos por outras secretarias, a tabela acima apresenta 78 cargos relacionados ao esporte nessa região. Desse total, apenas 9 funcionários são estatutários, ou seja, aproximadamente 11,53% e 1 profissional é voluntário. Os outros 68 funcionários são contratados (23%) ou comissionados (64,1%), totalizando 87,17%.

Não foram indicadas todas as formações escolares dos funcionários, entretanto, percebe-se uma carência de profissionais técnicos formados em educação física. A presença de administradores, administradores públicos ou profissionais com formação na área também é insignificante, trazendo como consequência a falta de planejamento estratégico, prejudicando a execução das políticas públicas.

Um ponto essencial de uma política pública de esporte e lazer adequada “é a necessidade de garantir uma intervenção mais qualificada por profissionais habilitados para atuar nesta área.” (MIGUEL, STAREPRAVO, 2008, p.07). Nesse sentido, o Assessor de Esportes, do município de Cantagalo, uma das principais dificuldades na realização de políticas públicas de esporte e lazer é questão da contratação de profissionais. Em muitos municípios, além da dificuldade financeira, quando são realizados concursos para professores de Educação Física, estes são alocados nas Secretarias de Educação e não de Esporte. O Coordenador de Esportes do município de

Bom Jardim concorda com essa dificuldade e ainda acrescenta a necessidade de valorizar esses profissionais.

VI - O papel da sociedade civil

Outra questão fundamental na análise de qualquer ação ou política pública é a garantia da participação da população, dessa forma, o Quadro 7 e a Tabela 8 buscam diagnosticar as formas de participação da sociedade civil e a existência de Conselhos Municipais de Esporte nessa região.

Quadro 7 – Formas de Participação da Sociedade Civil

Municípios	Formas de participação da sociedade civil
Bom Jardim	A população sempre apóia e “abraça” todas as ações realizadas pela Secretaria e também cobra quando as ações não são realizadas.
Cantagalo	A população sempre demanda algumas questões, como os horários das quadras ou se organizam para alguma competição e a Secretaria sempre procura apoiar com premiação, estrutura física, árbitro.
Carmo	Para o Secretário, a cidade de pequeno porte tem a vantagem do maior contato e diálogo com o público, observando as necessidades e analisando o que dá para ser ou não feito. Pensando nisso, o leque de atividades da Secretaria aumentou, englobando mais modalidades e a pedido da população vai acontecer o Primeiro Passeio Ciclista e também mais eventos ao ar livre, na praça.
Cordeiro	Muito precariamente a população demanda alguma coisa.
Duas Barras	O interesse e a participação da população, infelizmente, é muito pequena. Os profissionais que trabalham com o esporte no mercado privado também não participam ou buscam diálogo com a Secretaria.
Macuco	Existem parcerias, principalmente, com as associações de moradores e escolas. Mas, a população também procura a Secretaria demonstrando interesse em determinadas modalidades, que está sempre disposta a escutar e tentar desenvolver meios para realizar essas modalidades ou eventos.
Nova Friburgo	Além de existir um Conselho Municipal de Esportes e a sociedade civil ser representada por várias entidades que o compõem, ela também possui representação através das Associações de Moradores.
Petrópolis	O Município possui um Conselho de Esportes composto metade por representantes da sociedade civil organizada e metade por representantes do governo. Além de existir um forte diálogo da Secretaria com as Associações de Moradores.
Santa Maria Madalena	A sociedade se mobiliza principalmente por questão do futebol.
São José do Vale do Rio Preto	Existe participação da sociedade civil, sendo um exemplo disso o Mountain Bike, em que a Secretaria começou a investir através do grupo Pedal de São José do Vale do Rio Preto.
Sumidouro	A participação da sociedade, infelizmente, ainda é acanhada e quando existe, normalmente, é relacionada à área do futebol.

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios.

Como explicado acima, a tabela 8 apresenta a existência de Conselho Municipal de Esportes nessas cidades. Apenas duas cidades utilizam-se desse instrumento de participação popular.

Tabela 8 – Conselhos Municipais de Esportes

MUNICÍPIO	EXISTE CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES?
Bom Jardim	Não
Cantagalo	Não
Carmo	Não*
Cordeiro	Não
Duas Barras	Não
Macuco	Não
Nova Friburgo	Sim
Petrópolis	Sim
Santa Maria Madalena	Não
São José do Vale do Rio Preto	Não
Sumidouro	Não

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios.

*Existe apenas Liga Desportiva de Futebol.

Como pode ser observado nos dados acima, alguns gestores dos municípios da Região Serrana comentam a falta de interesse da população e até afirmam que não há uma conscientização da importância do esporte. Percebe-se uma ausência de organizações populares que discutam o esporte e lazer, e os mecanismos de participação não são suficientes para concretizar o direito social do esporte. Também é necessário “educar [a sociedade civil] para a valorização da área do esporte e lazer como bens necessários à qualidade de vida” (WERLE, 2010, p.138), porque as reivindicações na área normalmente não são consideradas como prioridade.

Dos onze gestores entrevistados, pelo menos quatro mencionam que o seu município é caracterizado pela “Cultura do Futebol”, e que as reivindicações e interesses da sociedade estão relacionados apenas a essa área.

Alguns resultados da pesquisa realizada através do Diagnóstico Nacional do Esporte (DIESPORTE) de junho de 2015 reforçam “a interpretação comum e tradicional do futebol como cultura esportiva dominante, como prática, como imagem e como consumo de esporte pelos brasileiros” (DIESPORTE, 2015, p.19). Entretanto, embora o futebol seja dominante em imagem e cultura, “a prática esportiva no Brasil já é de variantes múltiplas” (DIESPORTE, 2015, p.19).

Segundo o Secretário do município de São José do Vale do Rio Preto, até o momento dele assumir o atual cargo (janeiro de 2015), as políticas esportivas da cidade giravam em torno de iniciativas privadas e relacionadas ao futebol. O que nos leva a um questionamento: O que fez tudo mudar em tão pouco tempo? Será que realmente a população não está disposta a praticar novas atividades esportivas ou, realmente, não dá tanta importância ao esporte?

A participação popular efetiva ganha espaço a partir de alternativas junto com o poder público, iniciativas privadas e profissionais da área. O conjunto de tais prerrogativas desemboca no papel dos conselhos municipais de políticas públicas específicas.

“Para tanto, considera-se necessário que as instituições públicas tomem a iniciativa de criar mecanismo de participação ativa da população nas decisões, entres estes mecanismos, pode-se considerar a criação de Conselhos Municipais de Esporte e Lazer entre outras alternativas, tomando como ponto de partida ações formativas que visem a valorização da área e da própria participação popular.” (WERLE, 2010, p.141).

Para Andrade (2009), quem trabalha com política pública nessa área deve pensar em instrumentos que possam inserir a sociedade nesse contexto. Entretanto, desses onze gestores entrevistados, apenas dois municípios, Nova Friburgo e Petrópolis, possuem Conselho Municipal de Esportes.

O Secretário do Município de Nova Friburgo afirma que existe uma relação muito próxima da Secretaria com o Conselho, ocorrendo reuniões mensais na própria Secretaria e que anteriormente o Presidente do Conselho era o próprio Secretário, mas houve um avanço nesse sentido e ele passou a ser escolhido pelos próprios conselheiros. Este fato aparenta uma ingerência do Executivo municipal junto ao conselho.

O Conselho de Nova Friburgo é composto por representantes de várias áreas, como: Academias, Universidades, Imprensa, representantes de todas as modalidades esportivas, Associação de Moradores, Câmara de Vereadores, entre outras. Sendo que todos os representantes são desportistas ou da área de Educação Física. Tem caráter deliberativo, sendo que apresenta e administra suas demandas.

O Conselho Municipal de Esportes de Petrópolis é composto metade pela sociedade civil organizada e metade pelo governo. Era um Conselho Consultivo, mas em 2015 passou a ser Deliberativo. O Secretário acredita que a Secretaria e o Conselho precisam caminhar juntos, no sentido de elaborar, praticar e apoiar o esporte no município. Nesses três anos, que o Secretário de Esportes é presidente do Conselho não existiu nenhum tipo de confronto de ideias, mas sim, caminhada e apoio para o esporte no município estar sempre avançando. O formato é, portanto, o mesmo do conselho de Nova Friburgo, que denota, pela sua composição, um papel expressivo da Prefeitura junto ao Conselho.

A participação da sociedade não tem que ser só uma colaboração, mas sim uma co-gestão dessas políticas públicas, para desenvolver políticas que estejam em conformidade com a real necessidade dos bairros e da cidade (ANDRADE, 2009). Em

toda a Região, as ações governamentais ainda não atendem ao que as populações necessitam e anseiam. Mesmo nas duas cidades que possuem Conselho Municipal de Esporte, é claro que ainda há muito para caminhar.

Apesar de todas as outras cidades não terem Conselho Municipal de Esportes, seus representantes se mostraram favoráveis à ideia, muitas vezes, afirmando que seria um desejo das atuais gestões terem essa comunicação com a sociedade civil e reconhecendo a importância do Conselho.

Entretanto, o Município de Cordeiro representou um caso isolado do restante da região. Em 2001 foi sancionada a Lei nº 924, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Esporte e Lazer, entretanto, esse foi destituído logo depois. De acordo com a Secretária do Município, isso ocorreu, porque em gestões anteriores o Conselho foi entendido como um problema, pois a falta de consenso levava a demora e até a não efetivação de ações e políticas públicas de esportes.

Nesse sentido, Werle (2010) expõe que a participação social pode ser compreendida, pelos gestores, de duas maneiras: por um lado, como um caminho para a transformação da realidade, por outro, como empecilho, apresentado dificuldades para falta de agilidade para tomada de decisões. E defende que

“Quando a intervenção civil se efetiva, traz consigo aspectos positivos, como o controle e a fiscalização de obras e serviços públicos, as reivindicações por igualdades de condições, bem como a construção de políticas públicas que estejam realmente em acordo com a realidade, necessidade e vontade de cada comunidade, desta forma maximizando seus resultados.” (WERLE, 2010, p.136)

O Coordenador do município de Bom Jardim, por exemplo, não percebe o Conselho como uma ameaça, mas sim como uma forma de segurança, porque os investimentos ocorrem a partir de discussões e conversas, sendo concretizadas aquelas ações que realmente são demandadas pela sociedade. Mas ele questiona o empecilho do esporte estar vinculado à outra secretaria para efetivar esse desejo.

Entretanto, mesmo que em fase embrionária, a única cidade que avançou nesse sentido, é São José do Vale do Rio Preto. O Secretário disse que a Secretaria encaminhou no ano de 2015 uma minuta de projeto de lei solicitando a criação do Conselho Municipal do Esporte. Segundo ele, quando entrevistado, em fevereiro/2016, essa minuta estava no Departamento Jurídico sendo analisada para ser encaminhada à Câmara Municipal. Acrescentando que também encaminhou uma solicitação de criação do Fundo Municipal do Esporte, visto que ele compreende que as duas entidades são

complementares, já que são necessários recursos para o Conselho poder implantar e efetivar as políticas públicas previamente discutidas.

“Entendemos que a definição de democracia direta, nos evidencia ainda mais a necessidade de criarmos imediatamente os Conselhos Municipais de Esporte e Lazer, sob o risco de perdermos cada vez mais a representatividade no interior da sociedade. Compreendemos também, que a democracia somente se fortalece com a participação dos cidadãos e com o controle dos mesmos sobre as ações políticas. Desta maneira, a incorporação do esporte e lazer com direito do cidadão depende da participação da sociedade nas ações públicas.” (MEZZADRI, 2007, p.13).

Além de a participação popular ser, praticamente, desconsiderada nesses municípios, a situação é ainda mais complexa ao se considerar os dados apresentados abaixo. A Tabela 9 apresenta informações sobre quem é responsável pelas decisões finais das ações das secretarias, demonstrando o verdadeiro grau de autonomia dos entrevistados.

Tabela 9 - Decisão sobre as políticas públicas de esporte

Município	Decisão final
Bom Jardim	Prefeito
Cantagalo	Prefeito
Carmo	Secretaria
Cordeiro	Prefeito
Duas Barras	Prefeito
Macuco	Secretaria
Nova Friburgo	Secretaria em conjunto com o Conselho Municipal de Esportes
Petrópolis	Prefeito
Santa Maria Madalena	Secretaria
São José do Vale do Rio Preto	Prefeito
Sumidouro	Secretaria Municipal de Finanças

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios

Na maioria das vezes a autonomia da Secretaria ou Coordenadoria/Assessoria é relativa, a palavra final é do Prefeito ou da Secretaria de Finanças. O poder executivo é responsável por autorizar a realização das políticas públicas de esporte a partir da disponibilização de verbas.

Existe necessidade de valorizar a participação social na área do esporte e lazer, descentralizando o poder de decisão, que ainda permanece centralizada no gestor. As decisões permanecem restritas ao poder vigente, quando há participação popular, é uma participação popular informal. (WERLE, 2010).

A maioria dos entrevistados afirma que, geralmente, as propostas apresentadas pela Secretaria são sempre aprovadas e dependem apenas da existência de orçamento, da liberação do recurso financeiro.

Os secretários dos municípios Carmo, Macuco, Nova Friburgo e São José do Vale do Rio Preto explicam que existe um diálogo com o Prefeito, onde as propostas para o esporte são apresentadas, mas a decisão final é da própria Secretaria. Existe liberdade e em alguns casos até orçamento próprio para desenvolver as atividades.

No caso do município de Santa Maria Madalena, o Secretário adverte que apesar da Secretaria possuir a palavra final, infelizmente, o esporte e a cultura são sempre subjugados à Educação, que é a prioridade da Secretaria. Essa advertência reforça a questão das consequências da falta de um órgão específico do esporte, refletindo em fragilidade organizacional e a dependência administrativa e financeira do esporte em relação às outras pastas da Secretaria e do Poder Executivo.

No município de Petrópolis, o Secretário esclarece que apesar do Conselho Municipal de Esporte ser deliberativo a palavra final é sempre da Prefeitura, pois depende da questão orçamentária, da liberação de verbas. Esse comentário reforça a questão da dependência entre o Conselho Municipal e o Poder Executivo, que é o detentor dos recursos.

VII - Relação dos Órgãos de Gestão de Esporte com as outras Secretarias

Todos os entrevistados percebem a necessidade e importância de uma boa relação entre as secretarias para que as políticas públicas possam ocorrer de maneira satisfatória e com bons resultados.

“(...) o lazer e o esporte estão relacionados a outras questões sociais, por isso não se deve pensar esses âmbitos de maneira independente, é preferível que possam estar interligados e que trabalhem em conjunto, pois ações que ocorrem sob a ótica da parceria têm resultados mais significativos.” (ANDRADE, 2009, p.03).

O Secretário do município de Petrópolis reforça que todas as secretarias fazem parte de apenas um Governo. No município do Carmo, o Secretário afirma que essa relação é ainda mais favorecida por existirem reuniões quinzenais com todos os secretários.

O bom relacionamento entre as secretarias e departamentos, é uma condição essencial para o funcionamento e a condução das atividades das prefeituras. A maioria dos entrevistados considera a existência dessa boa convivência em seus municípios. Apenas três deles advertem que às vezes essas relações são instáveis. Estes ainda

acrescentam que esse vínculo poderia ser melhor, mas que dependem “do humor” das outras secretarias e das pessoas que ocupam a posição de secretário no momento.

O levantamento de campo efetuado com essa pesquisa identificou a existência de várias Secretarias parceiras do Esporte, entre elas: Saúde, que disponibiliza ambulâncias e enfermeiros para os eventos; Educação, parceira nos Jogos Escolares e em algumas atividades esportivas realizadas dentro da escola, assim como disponibilizam transporte quando necessários; Turismo pela questão de logística, palco, som; Secretaria de Obras, parceira na manutenção e reforma dos espaços físicos. Assistência Social, principalmente com projetos da Terceira Idade; Secretaria de Trânsito ou de Mobilidade e Gestão Urbana, auxiliando nos eventos externos; Corpo de Bombeiros; Secretaria de Defesa Civil; Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Fazenda; entre outras. Em outras palavras, a boa relação entre estas instâncias do poder público municipal auxilia no desempenho das políticas públicas voltas para o esporte.

O bom convívio entre Secretarias também deveria existir em relação ao Poder Legislativo. A Tabela 10 apresenta a existência de propostas dos vereadores em benefício do esporte.

Tabela 10 – Propostas Apresentadas pelos Vereadores dos Municípios

Município	Os vereadores do município apresentam alguma proposta/medida em benefício dos esportes?	Como?
Bom Jardim	Não	-
Cantagalo	Não	-
Carmo	Não	-
Cordeiro	Não	-
Duas Barras	Não	-
Macuco	Sim	Não existem projetos de leis especificamente para o esporte, mas os vereadores apresentam algumas indicações de melhorias de estrutura ou apoio a uma modalidade.
Nova Friburgo	Sim	Uma Cadeira do Conselho Municipal de Esportes representa a Câmara dos Vereadores, que sempre procura aumentar o orçamento repassado para o esporte, assim como solicitam emendas aos deputados estaduais e federais ou a suas bancadas.
Petrópolis	Sim	Sempre procuram aumentar o repasse orçamentário para o esporte e até participam dos eventos esportivos, como a Corrida da Câmara.
Santa Maria Madalena	Sim	Os vereadores apresentam as reivindicações da população e também solicitam emendas de deputados.
São José do Vale do Rio Preto	Sim	Sempre interessados em saber quais projetos e eventos foram realizados e quanto foi gasto. E também buscam parcerias, recursos e tentam aumentar o orçamento do esporte.
Sumidoro	Não	-

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios.

Além de ser um instrumento de controle externo do Poder Executivo, a Câmara Municipal também pode criar Projetos de Leis para estimular a prática esportiva e desenvolvimento desse setor, entretanto, sete entrevistados desconhecem qualquer iniciativa do Poder Legislativo em prol do esporte.

É curioso mencionar que dos cinco gestores públicos que responderam que os vereadores apresentam propostas ou atuam em parceria com o esporte, três são ex-vereadores. E essa parceria não apareceu em momento algum em forma de projeto de lei.

VIII - Mapeamento dos equipamentos esportivos

A Tabela 11 é uma tentativa de identificar os espaços públicos existentes para a prática do esporte na região. Essas informações são um instrumento importante para planejar o esporte de acordo com as características e possibilidades da região. É necessário disponibilizar os espaços patrimoniais e naturais existentes, resgatando o espaço público e planejando-o de acordo com o que a sociedade demanda.

Tabela 11 – Mapeamento dos Espaços Públicos para Prática do Esporte

MUNICÍPIOS	MAPEAMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA PRÁTICA DO ESPORTE	
	TOTAL	ESPAÇOS
Bom Jardim	9	2 Ginásios (Banquete e São José) 6 Quadras (2 no Centro, Banquete, Barra Alegre, Santo Antônio, Parque dos Alves) 1 Campo (Santo Antônio)
Cantagalo	9	6 Ginásios (José dos Santos Vieira, Cantelmo, Euclidelândia, Boa Sorte, Paraíba e Floresta) 1 Quadra de Areia 1 Academia ao Ar Livre 1 Rampa de Parapente (Bairro São José)
Carmo	13	3 Quadras de Esportes (Ciro Vieira, Boa Ideia e Santo Antônio) 4 Academias ao Ar Livre Espaços Utilizados Através de Parceria ou Locação: 6 Campos de Grama Sintética
Cordeiro	3	1 Quadra de Grama Sintética Júlio Silveira do Amaral 1 Ginásio Poliesportivo Eugênio Tavares 1 Quadra de Esportes Anízio Teixeira
Duas Barras	9	4 Ginásios Poliesportivos 3 Quadras Poliesportivas Espaços Utilizados Através de Parceria ou Locação: 2 Campos de Futebol
Macuco	7	1 Piscina Semi-olímpica 1 Ginásio Poliesportivo José Carlos Miranda 2 Quadras de Esporte em Bairros (Augusto Tralli e Paulo da Silva Bastos) 1 Estádio de Futebol de Grama Sintética Donald Vogas 1 Centro de Convivência da Terceira Idade Espaços Utilizados Através de Parceria ou Locação: 1 Estádio de Futebol com Campo Oficial Dr. Mario Freire Martins
Nova Friburgo	29	5 Campos de Futebol 6 Ginásios 18 Quadras Poliesportivas
Petrópolis	3 Espaços Mais Diversas Quadras	1 Parque Municipal de Itaipava (Pista de Caminhada e Quadras Comunitárias) 1 Parque Cremerie (Piscina Pública Coberta e Campo de Futebol) 1 Parque Natural Ipiranga Diversas de quadras comunitárias
Santa Maria Madalena	14	8 Quadras Esportivas de piso de cimento (Bairro Arranjadouro, Centro, Largo do Machado, Triunfo, Santo Antônio do Imbé, Dr. Loreti, Renascença e Sossego do Imbé), sendo as 6 Quadras dos distritos cobertas. 2 Quadras Esportivas de piso de areia (Itaporanga, Jardim Madalena) 2 Estádios de Futebol (Pref. José Guimarães e João Caputo) 1 Ginásio Poliesportivo Valdir C. Soares 1 Academia ao Ar Livre
São José do Vale do Rio Preto	7 Espaços Mais Diversas de Quadras	1 Estádio Municipal Raul Ferreira Izidoro 1 Ginásio Municipal 4 Academias ao Ar Livre 1 Pista de Decolagem Diversas Quadras de Esporte
Sumidouro	4 Espaços Mais Alguns Campos de Futebol	1 Campo Municipal 1 Estádio Municipal Paulo Freitas 1 Quadra Municipal Poliesportiva 1 Academia ao Ar Livre E alguns Campos de Futebol

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios.

Algumas informações da Tabela acima não são precisas, pois, em determinados casos, os gestores públicos não sabiam informar exatamente quantas quadras, campos de futebol ou equipamentos públicos existiam. Entretanto, percebe-se que existem espaços para a prática esportiva. Em boa medida, não existe carência de espaços públicos, mas sim de projetos e ações para atender a população nesses locais. Essa questão pode ser compreendida melhor a partir da análise do Quadro 8.

Quadro 8 - Investimentos na Área Estrutural

Municípios	Existe algum investimento na área estrutural?
Bom Jardim	A Tragédia das Chuvas da Região Serrana em 2011, também trouxe como consequência o prejuízo de alguns espaços públicos esportivos do município, tanto pela destruição física, propriamente dita, como pelo uso de alguns desses locais como abrigos. Os Campos de Futebol que foram alagados e tiveram gramados arrancados foram recuperados. O Ginásio Poliesportivo, não foi afetado diretamente pela tragédia, mas serviu como abrigo e como suporte para Exército, Assistência Social, entre outros, por quase dois anos. Nesse sentido, o investimento estrutural ocorreu mais no sentido de reforma e reestruturação dos espaços existentes do que na construção de novos espaços.
Cantagalo	Existe um investimento maior em manutenção e reforma dos espaços já existentes.
Carmo	Existe investimento de melhorias nas estruturas já existentes, porque houve um grande investimento em estruturas no governo passado.
Cordeiro	Existem projetos de reforma protocolados a nível estadual aguardando a liberação dos repasses.
Duas Barras	Não existe investimento novo, existe manutenção dos espaços já existentes.
Macuco	Dentro do possível são realizadas algumas reformas, mas algumas estruturas são recém inauguradas, com dois ou três anos de uso e outras com cinco ou seis anos.
Nova Friburgo	Existem projetos de reforma de área pública que já foram licitados e que dependem do repasse do governo federal. Assim como dependem do repasse de verba a construção de 2 Campos de Grama Sintética, cerca de 5 a 7 Academias ao Ar Livre, 1 Ginásio de Artes Marciais e 1 Campo de Futebol Americano/Rugby.
Petrópolis	Está ocorrendo um grande investimento em reformas de quadras comunitárias e já foram reformados mais de 20 espaços. Além do investimento nas quadras e espaços dentro das próprias escolas.
Santa Maria Madalena	Está em ocorrência um processo de licitação de construção de uma quadra nova em um distrito, com verba federal consequente de emenda de deputado. Mas o município não possui carência de espaço físico.
São José do Vale do Rio Preto	Foram realizadas obras de reforma e cobertura de duas quadras esportivas (Floresta e Pedras Brancas) e implantadas 4 academias populares, assim como foi solicitado a reforma do alambrado do Estádio Municipal Raul Ferreira Izidoro e reformas das quadras Serra do Campim e Barrinha. Estão sendo licitadas obras de urbanização do Parque de Exposição Antonio Botelho Pacheco Filho para construção de Pista de Skate, Pista de Patins, Campo Society de Areia, Quadra de Tênis, Ciclovía, Quiosque com Cantina, Banheiros Públicos e Alojamento Masculino e Feminino.
Sumidouro	O investimento é mais voltado para recuperação dos espaços já existentes, por exemplo, houve uma revitalização do Estádio Municipal em parceria com a Secretaria de Obras e também da quadra coberta. Também está sendo realizado um Projeto para revigorar os espaços físicos dos distritos, através de galvanização dos campos e traves oficiais. Esses espaços são particulares, mas podem ser utilizados através de convênio.

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios.

Neste Quadro também é possível observar que o investimento na maioria das cidades é para reformas ou manutenção dos espaços já existentes. Apenas os municípios

de Nova Friburgo, Santa Maria Madalena e São José do Rio Preto comentam sobre projetos de construções de novas áreas.

De acordo com o Diagnóstico Nacional do Esporte “quase um terço dos brasileiros que praticam esportes o fazem em instalações esportivas” (DIESPORTE, 2015, p.23). Entretanto, para o Secretário do município de Santa Maria Madalena a dificuldade não é conseguir verba para construção de equipamento público esportivo, principalmente, do governo federal. A dificuldade está em conseguir verbas e repasses para custeio de políticas públicas e ações esportivas nesses espaços. O que existe é carência de manutenção de atividades nos equipamentos públicos.

Esse comentário do Secretário do município de Santa Maria Madalena pode ser claramente confirmado ao se comparar o número de espaços públicos e o número de iniciativas, projetos, parcerias e eventos identificados nos Quadros 1, 2 e 4, que demonstram quando esses espaços são efetivamente utilizados para prática esportiva.

O município de Sumidouro, por exemplo, é essencialmente agrícola e, pelo menos, 85% da população reside na zona rural. A sede da Coordenação de Esportes está localizada a quilômetros dos distritos, que em alguns casos, são de difícil acesso. Nesse sentido, o Coordenador relata que uma grande dificuldade é contemplar toda a população, diante da geografia municipal e do investimento que seria necessário.

Por fim, vale ressaltar a necessidade de resgatar e disponibilizar os espaços públicos existentes, não só com estruturas físicas, mas com políticas públicas que possibilitem a prática esportiva nesses locais.

IX - Gestão dos Espaços Públicos para Prática Esportiva

A manutenção dos espaços públicos, normalmente é feita de forma similar em todas as cidades. Os Ginásios e Estádios Municipais (principais espaços públicos dos municípios), via de regra, têm um zelador ou funcionário de apoio, que são da própria Secretaria ou Coordenadoria. Esses funcionários são responsáveis por abrir/fechar, fazer a limpeza e manutenção desses espaços.

Algumas Unidades Escolares Públicas não têm espaço esportivo para prática de atividade física dos alunos, dessa forma, na maioria das cidades as quadras dos bairros ou distritos dessas unidades são “cedidas” pela Secretaria para as escolas utilizarem-se desse ambiente. Nesses casos, a gestão e manutenção desses espaços passam a ser responsabilidade da escola. Em outros casos, as Associações de Moradores ficam

responsáveis em consonância com a Secretaria pela administração do espaço público esportivo do seu bairro.

As outras quadras e campos municipais, normalmente, não possuem nenhum funcionário responsável pela manutenção desses espaços. Nas outras cidades apenas no momento dos eventos são deslocados funcionários para limpeza das quadras, capinarem os campos, ou seja, para cuidar desses espaços, ou, a manutenção desses espaços conta com apoio da Secretaria de Obras ou Secretaria de Serviços Públicos ou Empresa responsável pelo Serviço Público do município, que ficam encarregadas pela hidráulica, iluminação e limpeza.

De modo geral, a gestão dos espaços públicos tem três características comuns na região: existe algum funcionário de apoio para manutenção dos espaços públicos principais; as quadras são cedidas para as escolas municipais que não possuem esse espaço esportivo; e, via de regra, só é a manutenção dos outros espaços antes da realização dos eventos ou ações esportivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a diagnosticar as políticas públicas de esporte nos municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de subsidiar o gestor público para formular e acompanhar as ações públicas esportivas dessa região, minimizando as lacunas de conhecimento dessa área de estudo.

O trabalho de campo contou com entrevistas com os gestores públicos de onze cidades dessa região onde se buscou estruturar as opiniões dos entrevistados, que foram expostas ao longo desse trabalho.

De maneira geral, percebe-se que apesar da grande inserção social, o esporte não possui a mesma legitimidade como política social. O esporte é um direito constitucional que fica relegado a segundo plano em detrimento de outros direitos considerados de maior urgência de investimento como a educação e a saúde, por exemplo.

A falta de reconhecimento sociopolítico e a escassez de recursos impactam no volume de políticas públicas de esporte empregadas, sobretudo nos municípios. Tais questões restringem o acesso e permanência da sociedade ao esporte à um seleto grupo que pode pagar por esse direito, privatizando e mercantilizando as práticas esportivas (MARTINS, MELO, 2009). As dificuldades de “catalogar” as políticas públicas de esporte também são imensas, quando se pensa em esporte amador, as informações são ainda mais escassas.

Em se tratando do esforço empírico para este trabalho, buscou-se apresentar as informações básicas sobre as características socioeconômicas dos municípios dessa região, cujos principais municípios da região, Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis, juntos chegam a quase 80% de toda a população da região. Por sua vez, os outros onze municípios têm um número populacional muito pequeno, sendo que no município mais populoso não ultrapassa os 25 mil habitantes.

Essa composição de municípios de pequeno porte e pouquíssimas empresas de grande porte ali instaladas são mais um empecilho para produção de políticas de esporte efetivas, para a região. Também se cria uma dificuldade para utilização da Lei de Incentivo Fiscal, instrumento que incentiva o financiamento de projetos esportivos, devido a dificuldade de encontrar empresas com capacidade de investimento nesta política de estímulo ao esporte.

O que se pôde ter de conhecimento do campo de pesquisa, permitiu também, trazer a composição política dessa região e quadros apresentando os principais programas e ações vigentes no Ministério do Esporte e na Secretária de Estado de Esporte, Lazer e Juventude e apresenta o programa Lidera Rio nos Esportes. Ficou evidente que é fundamental a busca de parceiras e apoios tanto no governo estadual e federal como no setor privado para possibilitar o acesso e permanência de toda a população nessas políticas.

O último capítulo da monográfica traz, de maneira mais evidente, os resultados do trabalho de campo. O primeiro ponto observado é que, nesses municípios, o Esporte está inserido em cinco pastas diferentes e vinculados a outras áreas. Variam em nomenclatura e em grau de autonomia administrativa e financeira.

Foram apresentadas as principais ações esportivas realizadas nesses municípios, assim como, as parceiras, convênios e apoios de outras esferas e entidades. E, com base nas estimativas do número de pessoas atendidas de acordo com os entrevistados em toda região, apenas 65.350 pessoas ou 10,5% da população está sendo contemplada com políticas públicas de esporte. Sendo que nessa estimativa os entrevistados também consideraram Políticas de Eventos Esportivos, isto é, deste percentual que é atendida, muitas ainda são contempladas apenas por Eventos Esportivos que tem caráter transitório e imediatista.

Tais questões se evidenciam também, quando se desloca o olhar para características gerais dos cargos ligados ao esporte, onde percebe-se grande maioria dos funcionários não são concursados/estatutários, e, sim, contratados ou ocupam cargos de livre nomeação. Sem estabelecer algum juízo de valor em relação à capacidade técnica dos ocupantes destes cargos, o que se quis chamar atenção aqui, é o fato de que os cargos que lidam diretamente com as políticas de esporte acabam tendo uma conotação mais política.

Diante dessas informações, não é de se surpreender que a participação social não é efetiva ou até é inexistente. Apenas duas cidades possuem Conselhos Municipais de Esporte, e em ambas, possuem um formato que denota, pela sua composição, um papel expressivo da Prefeitura junto ao Conselho. Além da dependência do Conselho de repasses financeiros do Poder Executivo.

Por sua vez, quando se trata de Poder Legislativo, na maioria dos municípios se desconhece qualquer iniciativa dos vereadores em prol do esporte.

Também foi feito uma tentativa de identificar os espaços públicos existentes para a prática do esporte na região. Essas informações são um instrumento importante para planejar o esporte de acordo com as características e possibilidades da região. O que se percebe é que existem equipamentos públicos esportivos, e até facilidade para obter recursos para obras de investimento estrutural. O que existe é uma evidente carência de manutenção de atividades nos equipamentos públicos.

“Para que a administração pública, através da área do esporte, possa impulsionar o adequado desenvolvimento social, faz-se necessário o equilíbrio dinâmico da gestão do desporto na cidade (em função das suas três manifestações) e uma integração do governo envolvendo as áreas da educação, esporte, lazer, saúde, cultura e ação social, refletida nos diversos instrumentos de planejamento (Constituições; leis orgânicas; planos de governo; planos estratégicos; planos plurianuais; leis de diretrizes orçamentárias e leis de orçamentos anuais) e de gestão urbana (planos diretores; legislações sobre áreas de interesse especial; legislações sobre áreas de interesse social e códigos específicos).” (GALINDO, 2010, p.09).

Por fim, com base nas informações coletadas, percebe-se um cenário de políticas públicas de esporte inconstantes e o maior investimento em políticas de eventos ou apoio, em detrimento, da realização de políticas públicas mais concretas. Algumas políticas ficam sem continuidade, assim como, existe carência de investimentos duradouros. Não há a estímulos ao uso, enquanto política pública dos espaços patrimoniais e naturais existentes, dadas as características da região. Ficando evidente que é necessário proporcionar uma interação entre o poder público, em suas diferentes esferas, iniciativa privada, profissionais da área e sociedade civil. E, de acordo com Miguel (2008), é clara a necessidade de uma “política pública direcionada para a busca de qualidade de vida da população, adequada, articulada e que assuma prioridades sociais, podendo incentivar a integração do cidadão no lazer, no esporte e na cultura.” (p.1).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fábio Henrique de. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Interface e Perspectivas de suas Atuações no Município de Paramirim/RN.** Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte: 2009.

ANDRADE, Felipe Macedo de; MONTEIRO, Felipe da Costa; SILVA, Ana Paula de Souza; et al. **Políticas Públicas de Esporte: Análise Acerca de Dois Momentos Históricos.** Coleção de Pesquisa em Educação Física: 2010. vol.9, n.6.

BOM JARDIM. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.bomjardim.rj.gov.br/>>. Acessado em: 18/11/2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Decreto federal nº 7.984, de abril de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm>. Acessado em: 10/07/2016.

_____. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. Lei federal nº 11.438, de dezembro de 2006. Lei de Incentivo ao Esporte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111438.htm>. Acessado em: 04/07/2016.

_____. Lei federal nº 9.615, de março de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615Compilada.htm>. Acessado em: 10/07/2016.

_____. Lei federal nº 9.718, de novembro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9718.htm#art14i..>. Acessado em: 04/07/2016.

CANTAGALO. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.cantagalo.rj.gov.br/>>. Acessado em: 18/11/2015.

CARMO. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.carmo.rj.gov.br/>>. Acessado em: 18/11/2015.

CORDEIRO. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.cordeiro.rj.gov.br/>>. Acessado em: 18/11/2015.

DECCACHE-MAIA, Eline. **Esporte e políticas públicas no Brasil.** Esporte e Sociedade: jul/out 2006. n.3.

DUAS BARRAS. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.duasbarras.rj.gov.br/>>. Acessado em: 18/11/2015.

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ). **Estado do Rio de Janeiro: Regiões de Governo.** Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html>. Acessado em: 14/11/2016.

GALINDO, Alexandre Gomes. **Administração de políticas de esporte:** um ensaio sobre os fundamentos da ação do gestor. IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Universidade Federal de Lavras: maio, 2010.

GUERREIRO, Robson Coelho. **Capital Social e Desempenho Institucional: O Relacionamento Entre os Agentes da Lei Federal de Incentivo ao Esporte.** Tese de Mestrado, Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo: 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados [Municípios do Estado do Rio de Janeiro].** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acessado em: 18/11/2015.

MACUCO. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.prefeituramacuco.rj.gov.br/>>. Acessado em: 18/11/2015.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; MELO, Marcelo Paula de. **Políticas Públicas de Esportes para Juventude na Baixada Fluminense/RJ:** Uma Discussão Introdutória. *Movimentos Sociais e Educação*: nov, 2009. n.3.

MATIAS, Wagner Barbosa; ATHAYDE, Pedro Fernando; HÚNGARO, Edson Marcelo; MASCARENHAS, Fernando. **A Lei de Incentivo Fiscal e o (Não) Direito ao Esporte no Brasil.** *Movimento*, Porto Alegre/ RS: mar, 2015. v. 21, n.1, p.95-110.

MENDES, Alessandra Dias; AZÊVEDO, Paulo Henrique. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer e Políticas Públicas Educacionais:** Promoção da Educação Física Dentro e Fora da Escola ou Dois Pesos e Duas Medidas? *Ver. Bras. Cienc. Esporte*, Campinas: set., 2010. v.32, n.1, p.127-142.

MEZZADRI, Fernando. **Políticas públicas para o esporte e lazer nas cidades do estado do Paraná.** XXVI Congresso de laAsociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara: 2007.

MIGUEL, Robson Geovane; STAREPRAVO, Fernando A. **Análise das Políticas Públicas de Esporte e Lazer de Guarapuava - PR.** I Encontro da ALESDE, Curitiba, PR: out./nov., 2008.

NOVA FRIBURGO. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.pmnf.rj.gov.br/>>. Acessado em: 18/11/2015.

_____. Prefeitura Municipal. **Nova Friburgo define apresentação do projeto “Lidera Rio nos Esportes”.** Abr, 2016. Disponível em: <<http://novafriburgo.rj.gov.br/2016/04/nova-friburgo-define-apresentacao-do-projeto-lidera-rio-nos-esportes/>>. Acessado em: 15/04/2016.

O GLOBO. **Mapa da Região Serrana**. Editoria de Arte. SET/2014. Acessado em: 23/06/2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/a-outra-margem-do-rio-os-contrastes-na-recuperacao-da-regiao-serrana-13955973>.

PETRÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/>. Acessado em: 18/11/2015.

PIRES, Márcio. **Leis de incentivo ao esporte: dominando o jogo do mercado**. Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). Nov, 2013. Disponível em: <http://captacao.org/recursos/artigos/1093-leis-de-incentivo-ao-esporte-dominando-o-jogo-do-mercado>. Acessado em: 04/07/2016.

RIO DE JANEIRO. Lei complementar estadual nº 158, de dezembro de 2013. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/573ad0b372ea8c96032564ff00629eae/5974f1e5bb1f499483257cd000646480?OpenDocument>. Acessado em: 10/03/2016.

RIO DE JANEIRO. **Revezamento da Tocha Olímpica: Rio 2016**. Disponível em: <https://www.rio2016.com/tocha-sobre>. Acessado em: 02/03/2016.

SALDANHA FILHO, Matheus. **Formulando Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Âmbito da Cidade**. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Caxambu, MG: 2003.

SANTA MARIA MADALENA. Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www.pmsmm.rj.gov.br/>. Acessado em: 18/11/2015.

SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO. Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www.sjvriopreto.rj.gov.br/>. Acessado em: 18/11/2015.

SÃO SEBASTIÃO DO ALTO. Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://ssalto.rj.gov.br/>. Acessado em: 18/11/2015.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Políticas Públicas**. Acessado em: 10/03/2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/politicas-publicas,10bb9e5d32055410VgnVCM1000003b74010aRCRD>.

SUMIDOURO. Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://sumidouro.rj.gov.br/>. Acessado em: 18/11/2015.

TASSA, Khaled Omar Mohamad El; LOVATO, Andreza. **Políticas públicas voltadas ao esporte e lazer: alternativas para municípios de pequeno porte**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires: mar, 2014. ano 18. n. 190. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd190/politicas-publicas-voltadas-ao-esporte-e-lazer.html>. Acessado em: 11/11/2015.

TERESÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www.teresopolis.rj.web.br.com/noticias/>. Acessado em: 18/11/2015.

TRAJANO DE MORAES. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://trajanodemoraes.rj.gov.br/>>. Acessado em: 18/11/2015.

VALOR COMPARTILHADO. (Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais, Gráfica e Editora o Lutador, e, Movimenta Brasil). **Educação e Esporte**: as possibilidades da lei de incentivo ao esporte. Valor Compartilhado: abr, 2015. Disponível em: <<http://www.valorcompartilhado.org.br/educacao-e-esporte-as-possibilidades-da-lei-de-incentivo-ao-esporte/>>. Acessado em: 04/07/2016.

WERLE, Verônica. **Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer**. Motriz, Rio Claro: jan./mar., 2010. v.16, n.1, p.135-142.

ZOTOVICI, Sandra Aparecida; LOPES, Beatriz Ruffo; RANGEL, Renanto; et al. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil e Possibilidades de Intersetorialidade**. Licere, Belo Horizonte: set., 2013. V.16, n.3.

Anexo 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Senhor(a)

Gostaríamos de convidá-lo a participar de nosso estudo, "*Políticas Públicas para o Esporte: diagnóstico das ações dos municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro*", que tem como objetivo diagnosticar e analisar as políticas públicas relacionadas ao esporte junto aos municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um trabalho monográfico que vem sendo desenvolvido pela estudante Júlia Vieitas SarrufAlhanati, orientada pelo Prof. Dr. Mauro Macedo Campos do curso de Administração Pública, Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

Ao longo dessa pesquisa serão realizadas entrevistas com os secretários da área de esporte, bem como os responsáveis por esta área nos municípios dessa região ou com representantes dessas secretarias, que se concordarem, autorizaram a gravação dessas entrevistas. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de monografia ou artigo científico.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização à instituição dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Graduanda em Administração Pública CCH/UENF

Eu, _____, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa "*Políticas Públicas para o Esporte: diagnóstico das ações dos municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro*", permitindo, também, a gravação dessa entrevista que terá fins exclusivamente acadêmicos. Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

_____, ____ de _____ de 2016.

Anexo 2 – Modelo de Questionário

GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Entrevistado: **Secretário de Esporte**

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Nome: _____
2. Idade: _____ anos
3. Sexo: () Masculino () Feminino
4. Município: _____
5. Formação/Nível de escolarização: _____
6. Curso/Qualificação na área de atuação: _____
7. Tempo que exerce o cargo: _____
8. Estatutário/contratado: _____

I. QUESTIONÁRIO

9. A Prefeitura tem uma secretaria específica que cuida da parte de esportes? Em qual secretaria que as questões relacionadas aos esportes são alocadas?

10. Como ocorre a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas municipais de esporte?

11. Em qual ou em quais áreas de manifestação do esporte (esporte de rendimento, esporte educacional, esporte participativo/lazer) essa secretaria investe?

12. O município sedia (ou já sediou) algum evento/competição de esportes (regional, local, estadual)? Qual a periodicidade?

13. Quais são as iniciativas de incentivo e estímulo ao esporte do município? Existem eventos, jogos, parcerias, patrocínios públicos, entre outros?

14. Qual é o público alvo dessas políticas públicas? Quantas pessoas são atendidas?

15. Existe algum investimento na área estrutural?

16. Existe algum espaço público para a prática de esportes (ginásios, poliesportivos, academias, pistas de cooper, etc.)?

17. Como é feita a gestão dos espaços públicos destinados à prática de esportes?

18. O município possui atletas de alto nível? Algum destaque na área do esporte?

19. Existe alguma forma de participação da sociedade civil nessas políticas públicas? Como é o diálogo com a sociedade?

20. Existe conselho municipal de esportes no município? É um conselho atuante? Qual a relação com o executivo municipal (nível de autonomia)?

21. De quem é a decisão final na elaboração dessas políticas públicas?

22. O senhor sabe dizer qual o total de cargos dessa secretaria?

23. Desses cargos, quais são os regimes de contratação (celetista, estatutário, somente comissionado, sem vínculo)?

24. E quais são as funções exercidas nesses cargos (administrativa, de apoio e técnica)?

25. Ainda sobre os profissionais dessa secretaria, o senhor sabe dizer a formação escolar deles, principalmente dos técnicos (professores e/ou profissionais graduados em educação física, graduados em outras áreas, não graduados e estagiários)?

26. O senhor sabe dizer qual foi a receita do município destinada ao esporte, para os anos de 2013, 2014, 2015, 2016? E como ocorreram os gastos nesse segmento ao longo deste período?

27. E qual foi o repasse municipal para essa secretaria nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016?

28. Além do repasse de verbas municipal, a secretaria, especificamente a área do esporte, recebe outro tipo de verba (estadual, federal, patrocínios, apoios, parcerias com outros municípios ou com a iniciativa privada, leis de incentivo ao esporte)?

29. Como ocorre o planejamento das políticas esporte pelo município?

30. Como é a relação da secretaria de esportes (ou área responsável) com outras secretarias, como educação, saúde?

31. Os vereadores do município apresentam (ou apresentaram) alguma proposta/medida em benefício dos esportes?

Anexo 3 – Ficha Técnica dos Entrevistados

MUNICÍPIO	NOME	FORMAÇÃO ESCOLAR	IDADE	INÍCIO DO EXERCÍCIO	VÍNCULO
Bom Jardim	Joubert Alves da Silva	Graduado em Educação Física; Profissional de Música	46 anos	2011	Comissionado
Cantagalo	Manoel Eurico Miranda da Silva	Graduado em Educação Física	38 anos	2010	Comissionado
Carmo	Hudson Raposo Curty	Graduado em Educação Física; e, Pós Graduado em Fisiologia do Exercício e Avaliação Funcional	30 anos	Junho/2014	Comissionado
Cordeiro	Fanny Maria MoulinCler	Graduação Incompleta em Educação Física	51 anos	Setembro/2001 4	Comissionado
Duas Barras	Francisco José Vasconcellos Junior	Graduado em Administração de Empresas	55 anos	Abril/2015	Comissionado
Macuco	Diogo Latini Rodrigues	Graduado em Educação Física	31 anos	2005	Comissionado
Nova Friburgo	Raul Marcus Pires Gonçalves	Graduado em Ciências, com Licenciatura em Matemática; Pós Graduado em Educação; Graduando em Engenharia Ambiental; Especialização na Área de Gestão	49 anos	Agosto/2014 (Sub-Secretário desde 2012)	Comissionado
Petrópolis	Renato Freixiela de Oliveira	Graduado em Fisioterapia; Graduado em Educação Física; e, Pós Graduado em Esporte e Lazer	61 anos	2013	Servidor Público Municipal
Santa Maria Madalena	Nestor Luiz Cardoso Lopes	Graduação em Direito	51 anos	2012	Comissionado
São José do Vale do Rio Preto	João Carlos Rabello	Ensino Médio Completo	54 anos	Janeiro/2015	Comissionado
Sumidouro	Ronaldo Souza Gripp	Graduado em Educação Física	62 anos	2014	Comissionado

Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas realizadas com os gestores do esporte nos municípios.